



# ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SECÃO II

ANO XVI — Nº 48

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 1961

## CONGRESSO NACIONAL

### Presidência

O Presidente do Senado Federal torna público que, conforme combinado, entre as respectivas Mesas, as duas Casas do Congresso Nacional comemorarão o primeiro aniversário da instalação do Poder Legislativo na nova Capital da República, em sessão solene que se realizará no dia 21 do mês em curso, às 16 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.

Senado Federal, 11 de abril de 1961. — Auro Moura Andrade — Vice-Presidente no exercício da Presidência.

#### Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, a realizarem-se nos dias 12, 13 e 19 do mês em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos seguintes vetos presidenciais:

#### Dia 13:

veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 1.880-60, na Câmara e nº 87-60 no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961;

#### Dia 19:

veto (parcial) ao Projeto de Lei (nº 399-59, na Câmara e nº 57-60 no Senado) que dispõe sobre a entrega de autos aos advogados e dá outras providências.

Senado Federal, 5 de abril de 1961. — Auro Moura Andrade, Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

3.ª Sessão conjunta  
da 3.ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 4.ª Legislatura

Em 13 de Abril de 1961, às 21,30 horas

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.880, de 1960, na Câmara e nº 87, de 1960, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1961, tendo Relatório, sob nº 4, de 1961, da Comissão Mista.

4.ª Sessão conjunta  
da 3.ª Sessão Legislativa Ordinária  
da 4.ª Legislatura

Em 19 de Abril de 1961, às 21,30 horas

### ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 399, de 1959, na Câmara e nº 57, de 1960 no Senado) que dispõe sobre a entrega de autos aos advogados e dá outras providências, tendo Relatório (nº 5, de 1961) da Comissão Mista.

### MESA

Presidente: João Goulart (Vice-Presidente da República).  
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.  
1º Secretário: Senador Cunha Mello.  
2º Secretário: Senador Gilberto Marinho.  
3º Secretário: Senador Argemiro Figueiredo.  
4º Secretário: Senador Novaes Filho.  
1º Suplente: Senador Mathias Olympio.  
2º Suplente: Senador Guido Mondim.

### LÍDERES E VICE-LÍDERES Da Maioria

Líder: Filinto Müller.  
Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

### Da Minoria

Líder: .....  
Vice-Líderes: .....

### Dos Partidos

#### DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Benedito Valladares.  
Vice-Líderes: Gaspar Velloso e Victorino Freire.

## SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou e eu Auro Soares Moura Andrade, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do artigo 47, letra p, do Regulamento Interno, promulgo a seguinte

### RESOLUÇÃO Nº 8, DE 1961

Artigo único. É concedida aposentadoria a Lourival Câmara, Taquígrafo-Revisor, PL-2, no cargo de Diretor, PL-1, nos termos dos artigos 345, item IV, e 346 da Resolução nº 6, de 1960 do Senado Federal, incorporando-se aos proventos da aposentadoria a gratificação adicional correspondente.

Senado Federal, em 12 de abril de 1961.

AURO SOARES MOURA ANDRADE  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

### DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros de Carvalho.  
Vice-Líderes: Nelson Maculan — Fausto Cabral e Arlindo Rodrigues.

### DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas  
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

### DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.  
Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

### DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

### DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

### Comissões Permanentes Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente.  
Cunha Mello.  
Gilberto Marinho.  
Argemiro Figueiredo.  
Novaes Filho.  
Mathias Olympio.  
Guido Mondim.  
Secretário: Evandro Mendes Vieira  
Diretor-Geral substituto.

### Comissão de Constituição e Justiça

#### TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSD).  
Daniel Krieger, Vice-Presidente — (UDN).

Venâncio Igrelas (UDN).  
Milton Campos (UDN).  
Heribaldo Vieira (UDN).  
Silvestre Pericles (PSD).  
Ruy Carneiro (PSD).  
Lourival Faria (PTB).  
Nogueira da Gama (PTB).  
Barros Carvalho (PTB).  
Aloísio de Carvalho (PL).

#### SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UDN).  
2. Freitas Cavalcanti (UDN).  
3. João Arruda (UDN).  
4. João Villasboas (UDN).  
1. Ary Vianna (PSD).  
2. Benedito Valladares (PSD).  
3. Francisco Galotti (PSD).  
1. Lima Teixeira (PTB).  
2. Vivaldo Luna (PTB).  
3. Miguel Couto (PTB).  
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Maria do Carmo Rondon Ribeiro Sá, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

## Comissão de Economia

## TITULARES

Gaspar Velloso, Presidente (PSI).  
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).

Fernandes Távora (UDN).  
Sergio Marinho (UDN).  
Dei Caro (UDN).  
João Arruda (UDN).  
Alô Guimarães (PSD).  
Lobão da Silveira (PSD).  
Nogueira da Gama (PTB).

## SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).  
2. Joaquim Parente (UDN).  
3. Irineu Bornhausen (UDN).  
4. Ovidio Teixeira (UDN).  
1. Eugênio Barros (PSD).  
2. Francisco Gallotti (PSD).  
3. Sebastião Archer (PSD).  
1. Lima Teixeira (PTB).  
2. Sadio Ramos (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 15:30 horas.

## Comissão de Educação e Cultura

## TITULARES

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).  
Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).

Reginaldo Fernandes (UDN).  
Jarbas Maranhão (PSD).  
Saulo Ramos (PTB).  
Arlindo Rodrigues (PTB).  
Mem de Sá (PL).

## SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).  
2. Lino de Mattos (UDN).  
1. Lobão da Silveira (PSD).  
2. Paulo Fernandes (PSD).  
1. Paulo Fender (PTB).  
2. Lima Teixeira (PTB).  
1. Aloísio de Carvalho (PL).

Secretária: Mary de Pádua Albuquerque, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

## Comissão de Finanças

## TITULARES

Freitas Cavalcanti, Presidente (UDN).

Jefferson de Aguiar, Vice-Presidente (PSD).

Irineu Bornhausen (UDN).  
Daniel Krieger (UDN).  
Fernandes Távora (UDN).  
Dix Huit Rosado (UDN).  
Lopes da Costa (UDN).  
Ary Vianna (PSD).  
Eugênio Barros (PSD).  
Filinto Müller (PSD).  
Lobão da Silveira (PSD).  
Victorino Freire (PSD).  
Fausto Cabral (PTB).  
Nogueira da Gama (PTB).  
Saulo Ramos (PTB).  
Barros Carvalho (PTB).  
Mem de Sá (PL).

## SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).  
2. Joaquim Parente (UDN).

EXPEDIENTE  
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

## DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

## CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

## CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

MAURO MONTEIRO

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASILIA

## ASSINATURAS

## REPARTIÇÕES E PARTICULARES

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 50,00  
Ano ..... Cr\$ 96,00

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 136,00

## FUNCIONARIOS

## Capital e Interior

Semestre ..... Cr\$ 39,00  
Ano ..... Cr\$ 76,00

## Exterior

Ano ..... Cr\$ 108,00

— Excetnadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

3. Ruy Palmeira (UDN).

4. Coimbra Bueno (UDN).

5. João Arruda (UDN).

6. Dei Caro (UDN).

1. Gaspar Velloso (PSD).

2. Silvestre Pericles (PSD).

3. Ruy Carneiro (PSD).

4. Jarbas Maranhão (PSD).

5. Menezes Pimentel (PSD).

6. Pedro Ludovico (PSD).

1. Vivaldo Lima (PTB).

2. Arlindo Rodrigues (PTB).

3. Paulo Fender (PTB).

4. Lima Teixeira (PTB).

1. Aloísio de Carvalho (PL).

Secretário: Renato de Almeida Chermont, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.

## Comissão de Legislação Social

## TITULARES

Lima Teixeira, Presidente (PTB).

Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).

Venâncio Igrejas (UDN).

Mourão Vieira (UDN).

Lino de Mattos (UDN).

Francisco Gallotti (PSD).

Menezes Pimentel (PSD).

Paulo Fender (PTB).

Miguel Couto (PTB).

## SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).

2. Padre Calazans (UDN).

3. Heribaldo Vieira (UDN).

1. Paulo Fernandes (PSD).

2. Lobão da Silveira (PSD).

3. Sebastião Archer (PSD).

1. Barros Carvalho (PTB).

2. Lourival Fontes (PTB).

3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

## Comissão de Redação

## TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente (PSD).

Sérgio Mário, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Ary Vianna (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

## SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).

2. Daniel Krieger (UDN).

1. Menezes Pimentel (PSD).

2. Ruy Carneiro (PSD).

1. Paulo Fender (PTB).

Secretária: Vera de Alvarenga Matos — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

## Comissão de Relações Exteriores

## TITULARES

Vivaldo Lima, Presidente (PTB).  
Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN).

Daniel Krieger (UDN).  
Heribaldo Vieira (UDN).  
Benedicto Valadares (PSD).  
Gaspar Velloso (PSD).  
Paulo Fernandes (PSD).  
Lourival Fontes (PTB).  
Aloísio de Carvalho (PL).

## SUPLENTE

1. Milton Campos (UDN).  
2. Venâncio Igrejas (UDN).  
3. Freitas Cavalcanti (UDN).  
1. Menezes Pimentel (PSD).  
2. Jefferson de Aguiar (PSD).  
3. Ary Vianna (PSD).  
1. Fausto Cabral (PTB).  
2. Barros Carvalho (PTB).  
1. Mem de Sá (PL).

Secretário: João Batista Castellan Branco, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

## Comissão de Saúde Pública

## TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).

Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD).

Fernandes Távora (UDN).

Pedro Ludovico (PSD).

Saulo Ramos (PTB).

## SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).

2. Lopes da Costa (UDN).

1. Eugênio Barros (PSD).

2. Jarbas Maranhão (PSD).

1. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Maria de Lydes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

## Comissão de Segurança Nacional

## TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).

Sergio Marinho (UDN).

Jefferson de Aguiar (PSD).

Francisco Gallotti (PSD).

Miguel Couto (PTB).

Arlindo Rodrigues (PTB).

## SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).

2. Dix-Huit Rosado (UDN).

1. Silvestre Péricles (PSD)
2. Ruy Carneiro (PSD).
3. Jorge Maynard (PSP).
1. Saulo Ramos (PTB).
2. Nelson Maculan (PTB).

Secretária: Maria do Carmo Mon-  
don Ribeiro Saraiva, Oficial Legisla-  
tivo.

Reuniões: Quintas-feitas, às 15 ho-  
ras.

## Comissão de Serviço Público Civil

### TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN)  
Jarbas Maranhão — Vice-Presidente  
— PSD.

Joaquim Parente (UDN).  
Sebastião Archer (PSD).  
Paulo Fender (PTB).  
Miguel Couto (PTB).

Aloysio de Carvalho (PL).

### SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN)
2. Padre Calazans (UDN).
1. Ruy Carneiro (PSD).
2. Benedito Valladares (PSD).
1. Nelson Maculan (PTB).
2. Fausto Cabral (PTB).
1. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Ofi-  
cial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas

## Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

### TITULARES

Jorge Maynard, Presidente (PSP).  
Lino de Mattos, Vice-Presidente —  
(UDN).

### Comissão Diretora

1ª REUNIAO REALIZADA EM 22  
DE MARÇO DE 1961

Sob a presidência do Sr. Moura An-  
drade, Presidente, presentes os Senho-  
res Cunha Mello, 1º Secretário, Gil-  
berto Marinho, 2º Secretário, Argemi-  
ro Figueiredo, 3º Secretário e Novaes  
Filho, 4º Secretário, reúne-se a Comis-  
são Diretora.

Deixam de comparecer, por motivo  
justificado, os Srs. Mathias Olympio,  
1º Suplente e Guido Mondim, 2º Su-  
plente.

A ata da reunião anterior é lida  
e sem debate aprovada.

O Sr. Presidente distribui ao Senhor  
2º Secretário o Requerimento nume-  
ro 292, de 1960, em que Maria Judith  
Rodrigues, Oficial Arquivologista, PL-6,  
solicita elevação de vestimentas para  
PL-3; e o de nº 261, do mesmo ano,  
no qual Durval Sampaio e outros Ofi-  
ciais Legislativos pedem novo enqua-  
dramento do pessoal da Secretaria, nos  
molde da Resolução nº 31, de 1930,  
da Câmara dos Deputados; e, fisal-  
mente, ao Sr. 1º Secretário consulta  
da Diretora de Publicações sobre apli-  
cação do dispositivo referente à gra-  
tificação de nível universitário.

Tomando conhecimento do resulta-  
do de sindicância realizada e dada a  
gravidade da falta do Inspetor de Se-  
gurança, Wilson Peçanha, mas tendo

em vista os bons antecedentes do alu-  
dido funcionário, a Comissão Direto-  
ra resolve suspende-lo, por 90 dias,  
contra os votos dos Srs. 2º e 4º Secre-  
tários que opinam pela destituição de  
função.

Em seguida, o Sr. Presidente dá co-  
nhecimento aos presentes do texto de  
Portarias que resolvera baixar, deter-  
minando medidas tendentes a assegu-  
rar a perfeita hierarquização de fun-  
ções dos servidores do Senado, em  
todos os seus graus, o que foi apro-  
vado.

Segue-se com a palavra o Sr. 1º Se-  
cretário que passa a tratar do concur-  
so para provimento de cargos na clas-  
se inicial de carreira de taquígrafo.  
Lembra Sua Excelência que a reali-  
zação de concursos está regulado pela  
Resolução nº 6, de 1960, subseção I,  
arts. 77 e 81. E de acordo com esses  
dispositivos as comissões organizadoras  
são constituídas por dois funcionários  
e pelo 1º Secretário, que as presidirá.  
As bancas, no entanto, podem ser pre-  
sidadas por Senador que não pertença  
à Comissão Diretora e os outros dois  
membros devem ser de preferência,  
funcionários da Secretaria.

Diz que o atual concurso para ta-  
quígrafo com as inscrições já enche-  
radas, tem como presidente um ex-  
companheiro de Comissão, o nobre Sen-  
ador Heribaldo Vieira.

Aduziu, ainda, o Sr. 1º Secretário  
qu emotivos imperiosos, com funda-  
mento legal, têm retardado a conclu-  
são do concurso, que não saiu, por isso,  
de suas etapas iniciais — inscrições,  
encerramento e julgamento de recur-  
sos sobre inscrições.

Urge, agora, terminá-lo, providen-  
ciando-se junto ao Presidente da ban-  
ca examinadora para que fixe a data.

Recorda Sua Excelência que o refe-  
rido Senador, quando escolhido, era  
membro da Comissão Diretora. Per-  
mitindo o Regulamento que essas  
funções sejam exercidas por um Sen-  
ador e não somente por membro  
desta Comissão, pode e deve o Senhor  
Senador Heribaldo Vieira, pela con-  
fiança que continua a merecer, perma-  
necer como Presidente da Banca Exa-  
minadora até o final do dito concur-  
so, isto é, aprovação ou não dos ins-  
critos e sua classificação para que  
sejam nomeados para as vagas exis-  
tentes, na ordem da mesma classifica-  
ção.

A Comissão concorda com Su Ex-  
celência e concorda com Sua Ex-  
celência o aludido concurso.

Prosseguindo, lembra o Sr. 1º Secre-  
tário que existem diversos cargos na  
carreira de Auxiliar Legislativo, todos  
ocupados interinamente, fazendo-se  
necessário abrir concurso para o seu  
preenchimento, nos termos da Consti-  
tuição Federal e do art. 7, § 1º do  
Regulamento da Secretaria.

Delibera a Comissão designar, na  
próxima reunião, a comissão organi-  
zadora do aludido concurso, a qual  
será presidida pelo Sr. 1º Secretário,  
conforme estabelece a Resolução nú-  
mero 6, de 1960.

A seguir, passa Sua Excelência a  
tratar dos meios de transportes do Se-  
nado, afirmando que se a situação já  
era difícil no Rio, em Brasília tor-  
nava-se crucial.

1º) pelo desgaste dos carros, decore-  
ntes do prolongado uso dos mesmos  
e da imperícia de alguns dos motoris-  
tas que exercem a profissão nesta ci-  
dade;

2º) pelas vultosas despesas que o  
material, assim desgastado, exige cada  
dia maiores; e

3º) pelo número insuficiente de veí-  
culos para os diversos serviços, inclu-  
sive dos Srs. Senadores, exigidos pela  
permanência em Brasília.

Para corroborar suas palavras, lê o  
Sr. 1º Secretário a seguinte exposição  
apresentada pelo Chefe do Serviço de  
Transportes:

"Sua Excelência, Sr. Senador Cunha Mello —  
1º Secretário do Senado Federal.

Envio a Vossa Excelência a relação  
abaixo referente a viaturas e motoris-  
tas lotados no setor de transporte.  
Existem no setor de transporte do Se-  
nado Federal, 48 motoristas, 37 viatu-  
ras sendo: 20 autos de passeio, 13 ca-  
mionetes, 2 ônibus, 1 ambulância e  
1 furgão.

Autos de passeio em uso:

1 — Chevrolet nº 600 — Do Senhor  
Presidente João Goulart.  
2 — Chevrolet nº 636 — Do Senhor  
Presidente Moura Andrade.

3 — Chevrolet nº 691 — Do Sr. 1º  
Secretário Cunha Mello.

4 — Chevrolet nº 52.918 — Do Sen-  
ador 2º Secretário Sen. Gilberto Ma-  
rinho.

5 — Chevrolet nº 638 — Do Sr. 3º  
Secretário Sen. Argemiro Figueiredo.

6 — Chevrolet nº 696 — Do Sr. 4º  
Secretário Sen. Novaes Filho.

7 — Chevrolet nº 630 — Do Sr. 2º  
Suplente Sen. Guido Mondim.

8 — Chevrolet nº 647 — Do Sr. Lí-  
der da Minoridade Sen. Villasboas.

9 — Chevrolet nº 649 — Do Senador  
Francisco Gallotti.

10 — Simca nº 699 — Do Líder da  
Majoridade Sen. Filinto Müller.

11 — Dauphine nº 99.852 — Do Lí-  
der do P.S.P. Sen. Jorge Maynard.

12 — D.K.W. nº 99.853 — Do Líder  
do P.R. Sen. Mendonça Clark.

13 — Dauphine nº 99.851 — Do Se-  
cretário-Geral da Presidência Doutor  
Isaac Brown.

14 — D.K.W. nº 99.854 — Do Dire-  
tor-Geral Dr. Evandro M. V'anna.

Camionetes em uso:

15 — 99.857 — Presidente Dr. João  
Goulart.

16 — 850.293 — 1º Secretário Sena-  
dor Cunha Mello.

17 — 2.959 — 3º Secretário Senador  
Argemiro Figueiredo.

18 — 99.856 — 1º Suplente Sena-  
dor Mathias Olympio.

19 — 99.890 — Senador Benedito  
Valadares.

20 — 99.893 — Diretores de Serviço.

21 — 99.891 — Bancada de Im-  
prensa.

22 — 2.961 — G.T.B. Dr. Luiz  
Carlos.

23 — 2.975 — Disposição da Guarda  
de Segurança.

24 — 99.858 — Zeladoria.

Ônibus em uso:

Condução para os funcionários do  
Senado:

25 — 99.846

26 — 99.847.

Furgão:

27 — 8.196 — Entrega de expedien-  
te e atendimento da Garage.

Ambulância:

28 — 850.405 — Serviço Médico.

Carros fora de tráfego:

29 — Chevrolet nº 627 — Retifica-  
ção da máquina, tambores de freio, lon-  
gas de freios, motor de arranque e  
demais serviços.

30 — Chevrolet nº 760 — Desamas-  
sando carroceria, capô, teto, mudança  
de para-brisa traseiro e dianteiro,  
grades e grades completas, mudança de  
capô, pintura geral, buchas de dire-  
ção e ponteira da bomba de gasolina.

31 — Simca nº 99.850 — Mudança  
de duas rodas empenadas e retificação  
da máquina.

32 — Buick nº 92.917 — Verificação  
da caixa hidráulica, retificação dos  
tambores de lonas e retentores, e dois  
vidros da porta dianteira.

33 — V Camioneta nº 99.859 — Re-  
tificação parcial da máquina, mudan-  
ça do disco de embreagem e verificação  
dos freios.

Carros no Estado da Guanabara  
— Rio:

34 — Camioneta Kombi em tráfego  
— (Estou informado de que até a  
presente data não foi emplacada, o  
que não se justifica).

35 — Camioneta Chevrolet 1957 —  
nº 97.017 — (Estou informado de que  
a mesma está em conserto, desconhe-  
cendo altura do mesmo).

36 — Buick nº 648 — (Fora de trá-  
fego, por falta dos vidros).

37 — Buick (sem placa e falta do  
para-brisa dianteiro).

Sr. 1º Secretário, o serviço de trans-  
portes tem seu quadro de 48 motoris-

tas para 37 viaturas, sendo: 1 mecâni-  
co e dois auxiliares, três lavadores de  
automóveis e dois vigias, um diurno e  
outro noturno. Dos 43 motoristas tem-  
m-se à disposição dos Senhores Sena-  
dores os seguintes,

1 — Luiz B'ná Xavier — Senador  
Barros Carvalho.

2 — Celso Nunes Ribeiro — Sena-  
dor Pedro Luiz Vico.

3 — Veríssimo Torres dos Reis —  
Senador Lobão da Silveira.

4 — Manoel de Almeida — Sena-  
dor Eugênio de Barros.

5 — Antônio José Vianna — Sena-  
dor Victorino Freire.

6 — Floriano de Lacerda — Senador  
Heribaldo Vieira.

7 — Givan Silveira Machado — à  
disposição do Serviço de

8 — Manoel de Andrade Moura —  
Radiodifusão.

Funcionários que se dizem dispo-  
nível para prestar serviço na Guanabara:

9 — Nelson Gonçalves Ribeiro.

10 — José Vieira dos S. Filho.

11 — José Amorim — E tratamen-  
to no Rio.

12 — Estevão Padrosa — No serviço  
de abastecimento, no Posto Shell —  
Avenida W.

13 — Paulo Costa Oliveira — Está  
no Rio no serviço de receber carros e  
outros serviços.

14 — Jacob Setta — Está no Estado  
da Guanabara — Rio.

15 — Antônio G. da Silva — Fé-  
rias.

16 — Rubem da Cunha Gomes —  
Férias.

17 — Nilo Gonçalves Martins — Fé-  
rias.

Como vê Vossa Excelência, há de-  
ficiência do fator humano para aten-  
der o material rodante de 28 viatu-  
ras em atividade para 31 motoristas,  
na qual dos 31 motoristas estão a ser-  
viço de.

A serviço de S. Exª o Dr. João  
Goulart:

18 — Waldemar Gomes Tinoco

19 — Armandino Henriques.

20 — Nelson Lima Davel.

21 — Darcy Vianna.

22 — João Francisco da Silva — A  
serviço de S. Exª o Vice-Presidente  
Senador Moura Andrade.

23 — Dionísio Motta da Costa — A  
serviço de S. Exª 1º Secretário Sena-  
dor Cunha Mello.

24 — Cyro Vieira Xavier — Idem.

25 — José Roscoe Filho — A servi-  
ço de S. Exª o 2º Secretário Senador  
Gilberto Marinho.

26 — João Alves da Silva — A ser-  
viço de S. Exª o 3º Secretário Sena-  
dor Argemiro de Figueiredo.

27 — José Argemiro Batista — A  
serviço de S. Exª o 4º Secretário.

28 — Raulino Chaves Filho — A  
serviço de S. Exª o 1º Suplente Sena-  
dor Mathias Olympio.

29 — Antonio Augusto Felizola —  
A serviço de S. Exª o 2º Suplente Sena-  
dor Guido Mondim.

30 — Milton Farias de Souza — A  
serviço de S. Exª o Líder da Maioria  
Senador Filinto Müller.

31 — Antonio Menezes do Nascimento  
— A serviço de S. Exª o Líder da  
Minoridade Senador João Villasboas.

A serviço de S. Exª o Líder do P.  
R. Senador Mendonça Clark.

32 — Aurelio Barbosa da Silva.

33 — José W. Motta da Costa.

34 — José Ribeiro Lima — A servi-  
ço de S. Exª o Líder do P.S.P. Sena-  
dor Jorge Maynard.

35 — João Coutinho Duarte — A  
serviço de S. Exª o Líder do P. S.  
D. Senador Benedito Valadares.

36 — Wilson Palmieri Rodrigues —  
A serviço de S. Exª Senador Francisco  
Gallotti.

37 — José Coutinho de Araújo —  
Na camioneta dos Diretores.

38 — Afonso da Silva Soares — A  
serviço do Dr. Luiz Carlos — G.T.B.

39 — José Corrêa Fuzo — Na am-  
bulância.

40 — Ailton Travassos de Moura  
— No expediente da garage.

41 — Uracy de Oliveira — A servi-  
ço do Diretor-Geral.

Nos ônibus:

42 — Sebastião Amaro da Silva.

44 — Antonio Adalberto dos Santos.  
45 — Pedro Martins de Souza — A serviço da Bancada da U.D.N.  
46 — Pedro Cidral Mansur — A serviço da Bancada de Imprensa.  
Plantão noturno em noites alter-nadas:  
47 — Antonio Gomes da Rocha.  
48 — Adonias Pedro da Costa.  
Portanto exclui, faltam ainda mo-toristas para os líderes dos partidos P.L., P.T.B. e P.T.N. e dois moto-ristas para completar a guarnição dos ônibus; porque os dois atuais são de-ficientes, como se vê V. Ex<sup>a</sup> as di-ficuldades que esta Chefia se encon-tra para atender as solicitações de motoristas e viaturas.  
Outrossim: Sr. 1º Secretário, faço-lhe uma exposição sobre o estado da frota dos carros do Senado que é a seguinte:

Os veículos Chevrolet, Buick ano 1954 e 1957 já vieram para Brasília na base de 80 e 100 mil milhas roda-das e alguns deles já haviam virado o velocímetro e os demais carros de-vi-do a sequência de acidentes muito contribuiu para o enfraquecimento de sua estrutura de desgastes. Desde 21 de abril a agosto de 1960, esta frota ficou exposta ao relento durante me-ses nesta cidade que a maioria das ruas estavam cobertas de lama e bu-lacos o que veio acarretar muito mais de-segaste e também por fal-ta de assistência mecânica competen-te para a sua manutenção.

Como se vê Excelência, esta frota ao meu ver deve ser substituída por ou-tra, sendo a frota atual à venda pela razão seguinte:

Vem acarretando gastos excessi-vos em consertos e peças e ainda a dificuldade de adquiri-las. Faço portanto o meu inteiro apelo a Vossa Excelência para que seja trocada a frota por carros de procedência Na-cional como seja: Simca Chambord ou Aero Willys.

Brasília, 18 de março de 1961. — José Celestino Pessoa, Chefe do Ser-viço de Transporte".

Continuando, informa o Senhor 1º Secretário que ao se transferir para Brasília, adquirira o Senado alguns carros e diversas Camionetas Kombi para o Serviço de Senadores, Mem-bros da Mesa, Chefes de serviço, Se-cretário Geral da Presidência, Diretor Geral, Comitê de Imprensa, Guarda de Segurança e Portaria.

Desses carros, além de alguns já muito gastos, duas Camionetas Kombi estão imprestáveis.

Para solução do problema que con-sidera cada dia mais grave, sugere a venda de todos os carros velhos, com mais de 4 anos de uso e os im-prestáveis. Essa venda deve ser feita em leilão público, anunciando nos jornais do Rio, com antecedência de 10 dias tal como se procedeu an-teriormente. Para evitar a inflação nos leilões os carros deviam ser vendi-dos em grupos de dois ou três.

Propõe Sua Excelência a aquisi-ção de 12 ou 14 veículos, pois de tantos precisa a Garage para o ser-viço da Casa.

Declara que já fizera uma coleta de preços entre as fábricas nacionais que podiam servir ao Senado, for-necendo com brevidade os carros ad-quiridos acrescentando que seria mais conveniente a compra de um mesmo tipo de carro.

Absente, para exame da Comissão, as seguintes propostas:

#### BELACAP S.A.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1961

#### "Simca Chambord"

Preço ..... 1.153.000,00  
Desconto — 10% ..... 115.300,00

Preço para o Senado  
Federal ..... 1.037.700,00  
"Simca Presidente"

Preço ..... 1.432.000,00  
Desconto — 10% ..... 143.200,00  
Preço para o Senado

Federal ..... 1.288.800,00

#### WILLYS — OVERLAND DO BRASIL S.A.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1961  
"Automóveis Aero-Willys — mo-delo 1145 — ano 1961

cuja características e especifica-ções passamos a enumerar:  
Tipo: Sedan com 4 portas; 6 pas-sageiros;  
Distância entre eixos: 2,743 m;  
Cilindros: 6; deslocando 2,638cm3 de cilindrada;

Compressão: 7,6: 1  
HP: 90 a 4200 RPM;  
Transmissão: 3 velocidades à frente e 1 à ré sincronizada na 2ª e 3ª;  
Carroceria inteiramente de aço;  
Suspensão dianteira independente em molas espirais e traseira por feixe de molas;

Freios: hidráulica nas 4 portas;  
Equipado com 5 pneus 6,50 6,70x15;  
Capacidade do tanque: 73 litros;  
Compartimento de bagagem: 24 pés cúbicos de capacidade.

Preço: — O carro de passageiros "Aero-Willys", será faturado a essa Repartição ao preço "especial", li-quido, unitário de Cr\$ 868.500,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e quin-hentos cruzeiros), e estofamento de plástico, nas cores verde, bege shan-tung e azul e Cr\$ 892.900,00 (oitocentos e noventa e dois mil e no-vecientos cruzeiros), e estofamento de couro, nas cores preta e cinza cas-cata.

Equipamentos: — Aham-se in-cluídos como equipamentos, roda e pneu sobressalentes e jogo de ferra-mentas.

Condições de Pagamento: — Contra entrega do veículo.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1961

Atuomóvel Sedan — Carroceria metálica com janelas de vidros ins-talháveis, para transporte de cinco passageiros, com quatro rodas com pneus e câmaras de ar 640 x 15 e uma roda sobressalente, com pneus e câ-mara de ar. Para-choques dianteiro e traseiro, ferramentas e macaco. Motor de 36 HP (SAE) distância en-tre eixos, 240 cm; câmbio de quatro marchas para a frente e uma a ré.

Cr\$  
Preço unitário, posto São  
Bernardo do Campo ... 640.000,00  
Desconto de 5% para ór-gãos governamentais ... 32.000,00  
Preço líquido ..... 608.000,00

Camioneta Kombi Standard — Car-roceria metálica; com janelas laterais e traseira, sendo todos os vidros de segurança instaláveis, portas em ambos os lados do compartimento do motorista, dupla porta no lado direito e grande porta traseira, dois bancos destacáveis, para nove passageiros, indicadores luminosos de mudança de direção, equipada com quatro rodas, com pneus e câmara de ar, ferra-mentas a macaco. Motor de 36 HP (SAE); distância entre eixos, 240 cm.; freios hidráulicos; capacidade de car-ca útil, sem bancos 4,8m3; até 810 kg.

Cr\$  
Preço unitário, São Ber-nardo ..... 636.000,00  
Desconto de 5% ..... 31.800,00

Preço líquido ..... 604.200,00

Camioneta Kombi Especial — As mesmas características da anterior, com protetores cromados nos para-

choques e acabamento de carro de passeio.

Cr\$  
Preço unitário, São Ber-nardo ..... 720.000,00  
Desconto de 5% ..... 36.000,00

Preço líquido ..... 684.000,00

Aos preços dados, serão acresci-dos Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros), referente a seguro de viagem e trans-porte, para os veículos que forem en-tregues no Rio de Janeiro.

#### WILLYS — OVERLAND DO BRASIL S.A.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1961  
"Jeep-Universal" — Willys — Mo-delo 1-3224 — de 1961, cuja caracte-rísticas e dados discriminativos pas-samos a enumerar:

Moto: "BF-161";  
Cilindros: 6;  
HP: 90;  
Compressão: 7,6 a 1;  
Distância entre eixos: 3 1/8" (79,37 mm.);  
Cilindrada total: 161 pol. 3 (2.638 cc.);

Tração nas 4 rodas;  
Capacidade do tanque de gasolina: 39,75 litros;

Pneus: 5 de 600 x 16 (4 lonas).  
Equipamentos: Aham-se incluídos como equipamentos, roda e pneu sobressalentes, jogo de ferramentas e assentos do tipo "especial" forra-dos de plavimil.

Preço: — O Jeep-Universal acima es-pecificado, equipado com capota de lona emborachada, será faturado a esse Órgão do Governo ao preço "es-pecial" de Cr\$ 525.600,00 (quinhen-tos e vinte e cinco mil e seiscentos cruzeiros).

#### WILLYS OVERLAND DO BRASIL S.A.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1961  
"Rural-Jeep" — Willys — modelos 1-3222 e 1-3122, ano de 1961 — Tração nas 4 rodas ou modelo com tração em 2 rodas; cujas características e especificações técnicas damos abaixo:

Moto: "BF-161";  
HP: 90;  
Cilindros: 6;  
Compressão: 15 LBS a 185 RPM;  
Capacidade do tanque: 56,8 litros;  
Distância entre eixos: 104 1/2"

2,654 mts.);  
Diâmetro de cilindro: 3 1/8";  
Cilindrada total: 161 pol. 3. (2.638 cc.);

Carroceria inteiramente de aço.  
Duas portas.  
Pneus: 5 de 170 x 15. (4 lonas).

Outras Características: A Rural-Jeep poderá ser fornecida a esse Órgão do Governo em dois modelos: Com tração nas 4 rodas ou com tração somente em 2 rodas.

Assento Traseiro Removível: Fa-cilita o transporte de carga, ofere-cendo maior espaço para carga. Os assentos dianteiros e traseiros, têm capacidade total para 6 (seis) passa-geiros.

Bagageira: A Rural-Jeep é equi-pada com porta-mala com grande espaço útil, com trinco de aço au-tomática na tampa traseira. O pneu sobressalente colocado no comparti-mento de bagagem em local acessí-vel, sem afetar o espaço disponível para transporte de pequenos volumes.

Equipamentos: Aham-se incluídos como equipamentos, roda e pneu sobressalentes e jogo de ferramentas.

Preço: a) — A Rural-Jeep com tração nas 4 rodas ser afaturada a essa Repartição ao preço "especial", líquido, unitário de Cr\$ 729.000,00 (Setecentos e vinte e nove mil cru-zeiros).

Informara a Fábrica Nacional de Motores, pelo telefone, não poder, no momento, assumir novos compro-missos. E a "VEMAG" que estava para lançar outro tipo de carros, ocasião em que deveria atualizar seus preços

O Senhor 2º Secretário lembra a conveniência de serem examinados por técnicos competentes os Chevro-lets que talvez pudessem ser recup-erados.

Examinadas as propostas, concorda a Comissão com as sugestões do Se-nhor 1º Secretário, delibera adquirir todos os carros da marca Aero-Willys e incumbir Sua Excelência de pre-sidir ao leilão dos antigos.

A Comissão Diretora, tendo em vista o disposto no art. 129, item I, alínea d, do Regulamento da Secre-taria, resolve designar o Oficial Le-gislativo, PL-4, Aderbal Távora de Albuquerque para substituir a Dire-tora do Expediente durante suas féri-as.

Em virtude do adiantado da hora, o Senhor Presidente encerra os tra-balhos, lavrando eu, Evandro Men-des Vianna, Diretor Geral e Secre-tário da Comissão, a presente ata.

#### ATA DA 17ª SESSÃO, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA, EM 12 DE ABRIL DE 1961

Às 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mourão Vieira, Cunha Mello, Paulo Fender, Zacharias de Assumpção, Vic-torino Freire, Remy Archer, Eugênio Barros, João Mendes, Joaquim Paren-te, Fausto Cabral, Fernandes Távora, Menezes Pimentel, Novaes Filho, Bar-ros Carvalho, Freitas Cavalcanti, Sil-vestre Pereira, Lúcio Martins Jr., George Maynard, Heriberto Vieira, Ary Viana, Jefferson de Aguiar, Mi-guel Couto, Venâncio Igrejas, Be-nedito Valente, Norberto da Ga-veia Milton Campos, Moura Andrade, Luc de Mattos Paiva Calazans Pe-dro Ludovico Coimbra Bueno, Alc-Ornaraes, George Veloso, Nelson Maculan, Saulo Ramos, Daniel Kri-ke, Mem de Sá, Guido Mondim.

#### O SR. PRESIDENTE:

(A lista de presença acusa o com-parecimento de 38 Srs. Senadores. Havendo número legal declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. Guido Mondim 2º sr-vente, servindo de 2º secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem de-bate.

O Sr. Novaes Filho 4º secretário, servindo de 1º secretário, lê o se-guinte.

#### EXPEDIENTE

#### Mensagem nº 75, de 1961

#### NÚMERO DE ORDEM NA PRESI-DENCIA DA REPÚBLICA Nº 131

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Nos termos do art. 63, item I, e 99 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à aprovação do Senado Federal, o nome do Desem-bargador Pedro Rodolpho Marcondes Chaves para exercer o cargo de Mi-nistro do Supremo Tribunal Federal, na vaga de-ciente da aposentadoria do Ministro Nelson Hungria Hof-bauer.

Conforme se comprova com o curriculum vitae em anexo, o indica-do preenche todos os requisitos legais para a investidura.



Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo, pela vontade unânime de seus pares, tem o Desembargador Pedro Rodoválho Marcondes Chaves a sua vida pública essencialmente marcada pelo exercício de atividades na judicatura do Estado, onde sempre revelou notável saber jurídico e reputação ilibada.

Brasília, 19 de abril de 1961. — *Jânio Quadros.*

**Curriculum vitae do Desembargador Pedro Rodoválho Marcondes Chaves**

Natural da cidade de São Paulo, onde nasceu aos 6 de julho de 1897, matriculou-se, em 1914, na Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu o grau de bacharel em 16 de janeiro de 1919.

Iniciou a vida jurídica exercendo, interinamente, os cargos de Promotor Público da 2ª Vara Criminal de São Paulo e a Promotoria da 8ª Circunscrição Judiciária Militar.

Em fevereiro de 1922, submeteu-se a concurso de provas para o ingresso na magistratura paulista (primeiro concurso instituído pela Lei número 1.765, de 17 de novembro de 1921) sendo nomeado Juiz Substituto pelo Presidente Washington Luiz, investido nas prerrogativas da magistratura efetiva, foi designado para a Comarca do Apirí (1ª entrância), de onde se removeu para a de Piedade em agosto de 1923.

Foi promovido por merecimento, em 30 de novembro de 1926, para a Comarca de Olímpia (2ª entrância), por decreto do Presidente Carlos de Campos. Dessa Comarca, foi promovido, por decreto de 10 de outubro de 1928, do Presidente Júlio Prestes, para a Comarca de Assis (3ª entrância), onde permaneceu até 1º de julho de 1930, quando foi removido para a Comarca de Sorocaba.

Em 21 de maio de 1931, por decreto do então interventor federal, Coronel João Alberto Lins de Barros, por promoção, passou a servir na vara privativa do serviço criminal da Comarca de Santos (5ª entrância), sendo em 20 de junho de 1935, promovido para a 6ª Vara Cível da Comarca de São Paulo (entrância especial) por ato do Governador Armando Salles Oliveira.

Por decreto de 19 de abril de 1938, do interventor federal, Cardoso de Mello Neto, foi nomeado para a Vara dos Feitos da Fazenda Nacional, cumulativamente com a 6ª Vara Cível.

Depois de indicado pela terceira vez, por merecimento, pelo Egrégio Tribunal de Justiça, foi nomeado desembargador, por decreto de 6 de maio de 1940, do Interventor Adhemar Pereira de Barros, tendo assento na 2ª Câmara Criminal, de que se removeu posteriormente para a 3ª Câmara Cível.

Exerceu no Tribunal de Justiça todos os cargos de direção, tendo sido Corregedor Geral da Justiça no biênio 1954-1955, 2º Vice-Presidente em 1959, Ice-Presidente interino e, finalmente, Presidente, por votação unânime de seus pares, para o exercício de 1960-1961.

Ao lado das funções judicantes, participou o Desembargador Pedro Rodoválho Marcondes Chaves de comissões de concurso para o ingresso na magistratura, por cinco vezes.

A convite da Faculdade de Direito da Universidade Católica de São Paulo, participou da banca examinadora do concurso para a cadeira de Direito Internacional Privado, ao lado dos Professores Haroldo Valadão, Alvino de Lima, Honório Monteiro e Gama Cerqueira.

Em 1934, foi Professor da cadeira de Economia Política, da Faculdade Livre de Direito de Santos, da Associação Instrutiva José Bonifácio. Profetizou, ainda, aulas e palestras nas Faculdades de Direito de Baurur, São Carlos, Santos e Taubaté. Participou, também, de um curso extraordinário de Direito Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie.

Na interventoria do Embaixador Macedo Soares, desempenhou o Desembargador Pedro Rodoválho Marcondes Chaves as funções de Presidente da Câmara de Reclamações, concorrendo para que a reconstitucionalização do Estado se processasse em clima de ordem e segurança.

É sócio efetivo do Instituto Histórico de São Paulo e Vice-Presidente do P.E.N. — Clube de São Paulo, de que foi fundador.

Foi agraciado, além de outras, com as medalhas Marechal Rondon, Almirante Tamandaré e a do Mérito Jurídico Militar.

**Mensagem nº 76, de 1961**

(Número de ordem na Presidência da República: 192)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Na conformidade do artigo 73, § 1º, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à consideração e aprovação dos Senhores Senadores, o nome do Senador Antônio de Freitas Cavalcanti, para o preenchimento do cargo de Ministro do Egrégio Tribunal de Contas da União, vago em virtude da aposentadoria do Senador Silvestre Péricles de Góes Monteiro.

Eleito em 1953 e reeleito em 1959, Deputado Federal pelo Estado de Alagoas, Antônio de Freitas Cavalcanti foi, na Câmara dos Deputados, um dos mais proeminentes membros da Comissão de Finanças.

Eleito Senador em 1955, exerceu durante os últimos seis anos o cargo de Segundo Secretário do Senado.

Recentemente, por votação unânime de seus pares, foi o Senador Freitas Cavalcanti conduzido à Presidência da Comissão de Finanças dessa Casa.

Afeito ao estudo dos problemas econômicos e financeiros do país, e, aliado à sua inteligência e cultura, a probidade e a experiência no trato da coisa pública, preenchendo o Senador Freitas Cavalcanti todos os requisitos necessários para a investidura, nas nobres funções de Ministro do Egrégio Tribunal de Contas da União.

Em 10 de abril de 1961. — *Jânio Quadros.*

**Mensagem nº 77, de 1961**

(Número de ordem na Presidência da República: 193)

Senhores membros do Senado Federal.

De acordo com o preceito constitucional, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a nomeação que desejo fazer do Senhor Antônio Corrêa do Lago para exercer a função de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Venezuela.

Os méritos do Senhor Antônio Corrêa do Lago, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 10 de abril de 1961. — *Jânio Quadros.*

**Curriculum vitae**

**Antônio Corrêa do Lago**

1. Nascido em Pau, França, em 28 de agosto de 1918. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, 1939. Segundo Tenente da Reserva do Exército, 1940. "Master of Arts in International Relations" pela "University of Southern California", 1953; Membro da "National Social Science Honor Society" dos Estados Unidos, 1953.

2. Ingressou no Ministério das Relações Exteriores como Cônsul de ter-

ceira classe, por concurso, em 29 de março de 1933; promovido a Cônsul de segunda classe, por merecimento, em 7 de dezembro de 1943; promovido a Primeiro-Secretário, por merecimento, em 30 de junho de 1949; Conselheiro, em 6 de agosto de 1953; Ministro de segunda classe, por merecimento, em 19 de janeiro de 1954; Ministro de primeira classe, por merecimento, em 25 de janeiro de 1961.

3. Desempenhou as seguintes funções no exterior: Cônsul-Adjunto, provisoriamente, em Buenos Aires, Segundo-Secretário da Embaixada no Uruguai; Cônsul em Los Angeles; Cônsul-Geral em Paris.

4. Além dessas funções, próprias da carreira de Diplomata, exerceu ainda as seguintes comissões e funções: Auxiliar do Chefe do Departamento Diplomático e Consular, de 23 de março de 1940 a 10 de junho de 1949; Auxiliar, interino, de Chefe do Departamento Diplomático e Consular, de 10 de julho de 1940 a 26 de agosto de 1949; Membro da Comissão Organizadora do V Congresso Postal das Américas e Espanha, 28 de março de 1941; Secretário da Comissão de Coordenação da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, 8-1-1942; Delegado para acompanhar S.A.R., o Grao Duque de Luxemburgo, em sua visita ao Brasil, 15 de junho de 1942; Designado para servir na Comissão Técnica Brasileira, junto a Missão Técnica Americana, 21 de setembro de 1942; A disposição do Conselho Nacional do Petróleo, de 5 de outubro de 1943 a 24 de novembro de 1943; A disposição do Gabinete do Ministro, servindo de oficial de ligação entre o Itamarati e o Conselho Nacional do Petróleo, de 3 de fevereiro de 1944 a 4 de agosto de 1944; A disposição do Chefe do Departamento de Administração, de 30 de dezembro de 1944 a 18 de julho de 1945; Delegado à V Assembleia Geral Ordinária da Federação Interamericana de Automóveis-Cubos, Montevideu, janeiro de 1946; Segundo Secretário da Embaixada Especial a posse do Presidente da República Oriental do Uruguai, S. Ex.ª Sr. Tomás Berreta, 26 de fevereiro de 1947; Observador na III Reunião Plenária do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, Montevideu, abril de 1947; Designado para a Comissão de Recepção ao Presidente da República do Chile, Sr. Gabriel González Videla, 23 de junho de 1947; Designado para colaborar na organização da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, 5 de julho de 1947; Assistente de Secretário Geral da referida Conferência, 2 de agosto de 1947; A disposição do Chefe do Departamento de Administração, 24 de setembro de 1947; Designado para a Comissão de Estudos Preparatórios da II Conferência Internacional Americana (Ecogotá), 11 de outubro de 1947; Auxiliar do Secretário Geral, em 4 de março de 1948; Auxiliar do Gabinete do Secretário Geral, em 24 de junho de 1948; Secretário da Delegação do Brasil à III Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, em setembro de 1948; Auxiliar do Gabinete do Secretário Geral, em 21 de fevereiro de 1949; A disposição do Gabinete Civil da Presidência da República, de 2 de maio de 1949 a 7 de junho de 1949; Secretário Geral da Delegação do Brasil à IV Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em Washington, em março de 1951; Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, em julho de 1953; A disposição do Representante Pessoal do Presidente dos Estados Unidos da América em julho de 1953; Chefe da Secretaria de Instituto Rio-Branco, em novembro de 1953; Pre-

sidente da Comissão Assessora da Seção Técnico-Pedagógica do I.R.B., em dezembro de 1953; Membro da Comissão incumbida das providências necessárias à instalação e funcionamento da Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia dos Países Americanos (Quarta Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano econômico e Social), Chefe da Divisão Econômica do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, de 27 de setembro de 1954 a 31 de julho de 1955; Consultor Especial da Delegação do Brasil à Reunião de Ministros da Fazenda ou Economia das Repúblicas Americanas, em Petrópolis, em 5 de novembro de 1954; Chefe Suo iure do Departamento Econômico e Consular, em fevereiro de 1955. Membro da Seção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores, em julho de 1955; Chefe da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Argentina, em Buenos Aires, em agosto de 1955; Membro da Comissão para elaborar projeto de reestruturação do Ministério das Relações Exteriores, em 28 de maio de 1955; Chefe da Divisão Comercial do Departamento Econômico e Consular do Ministério das Relações Exteriores, em julho de 1956; Chefe da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasil-Argentina, reunida em Buenos Aires, em agosto de 1956; Chefe da Delegação do Brasil no primeiro período de sessões do Comitê de Comércio da Comissão Econômica para a América Latina, das Nações Unidas, em Santiago, em novembro de 1956. Delegado substituto na XXIV Sessão do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, Genebra, julho de 1957; Delegado na Conferência Econômica da O.E.A. Buenos Aires, agosto-setembro de 1957; Chefe da Comissão Negociadora de um Ajuste de Comércio e de Pagamentos com a Jugoslávia, em março de 1958; Chefe da Delegação do Brasil à Reunião da Comissão Mista Brasil-Argentina, em Buenos Aires, em agosto de 1958; Chefe da Delegação do Brasil à reunião da Comissão Mista Brasil-Chile, em Santiago, em agosto de 1958. — *Manoel Emílio Guillon, Chefe da Divisão do Pessoal.*

**Carta:**

Da Sra. Graciema da Luz, viúva do Sr. Carlos Coimbra da Luz, aradeando as manifestações de pesar do Senado pelo falecimento daquele eminente brasileiro.

**1) Comunicação de eleição e posse:**

- do Prefeito Municipal de Santa Luzia, PB;
- da Mesa da Câmara Municipal de Palmares, PE;
- da Mesa da Câmara Municipal de Recife, PE;
- do Prefeito Municipal de Itacaré, AP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Igaci, AL;
- da Mesa da Câmara Municipal de Glória, GO;
- da Mesa da Câmara Municipal de Itaguatins, GO;
- da Mesa da Assembleia Legislativa do Espírito Santo;
- da Mesa da Câmara Municipal de Nova Venécia, ES;
- da Mesa da Câmara Municipal do Duque de Caxias, RJ;
- do Presidente do Tribunal Federal de Recursos;
- da Mesa da Câmara Municipal de Campinas, SP;
- da Mesa da Câmara Municipal de Ribeirão Branco, SP;
- da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de Blumenau, SC;
- do Sr. Abel de Carvalho, manifestando-se contrário ao decreto do novo horário para o funcionalismo público e ao aumento do custo de vida e ao corte das percentagens dos servidores da Fazenda.

do Sr. Euripedes Gadelha, representante dos segurados empregados, manifestando seu profundo pesar pelo falecimento do Governador Roberto da Silveira;

#### 2) Diversos assuntos:

do Conselho Central do Apostolado da Oração do Rio de Janeiro, GB, fazendo apelo no sentido de que o Brasil não tenha relações diplomáticas com a Púria e os países da cortina de ferro;

do Conselho de Municípios Brasileiros de Municípios fazendo apelo no sentido da construção da Casa dos Municípios de Brasília;

da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, SP, fazendo apelo no sentido da criação do quadro de funcionários e demais serviços para a instalação da Junta de Conciliação e Julgamento naquele município;

da Câmara Municipal de São Paulo, SP, solicitando medidas urgentes no sentido de que a legislação do imposto de renda seja modificada, tentando os funcionários daquele tributo sobre os vencimentos salariais e ordenados;

do Presidente do Conselho Seccional de São Paulo, da Ordem dos Advogados do Brasil, congratulando-se com o Congresso pela inclusão do Professor Camargo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Vidro e Cristais, Espelhos e Lâmparas, congratulando-se com o Congresso pelas providências que tem tomado em favor da classe trabalhadora;

do Diretor Executivo da Associação de Crédito e Assistência Rural de Belo Horizonte enviando exemplar do Relatório das atividades daquela Associação Agrícola no ano de 1959-60;

da Câmara Municipal de Mandaguá, PR, congratulando-se com o Presidente da República pelas providências tomadas com referência ao realtamento das relações diplomáticas e comerciais com a Rússia;

da Câmara Municipal de Pelotas, RS, fazendo apelo no sentido de ser introduzido na Lei Orgânica do Ensino Agrícola o Curso de Economia Doméstica.

**Prestação de contas da conta de Imposto de Renda recebida das Prefeituras Municipais:**

do Prefeito Municipal de Bom Sucesso, MG;

do Prefeito Municipal de Guadalupe, MG;

do Prefeito Municipal de Martinho Campos, MG;

do Prefeito Municipal de Prados, MG;

do Prefeito Municipal de Rio Novo, MG;

do Prefeito Municipal de Orlândia, SP.

#### Parecer nº 74, de 1961

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 9, de 1960, que prorroga a Lei do Inquilinato, e dá outras providências. Após pelo Senador Carlos Saboya.

Relator: Sr. Argemiro de Figueiredo.

O Projeto de Lei do Senado, nº 9, de 1960, é de autoria do sobre Senador Carlos Saboya e visa prorrogar a Lei do Inquilinato, com as providências e modificações que oferece.

Estando em tramitação, na outra Casa do Congresso, um projeto sobre a mesma matéria, opinamos que fique sobrestado o andamento deste, para um estudo mais completo do assunto, ao tempo em que a outra Proposição vier ao Senado.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1960. — Lourival Fontes, Presidente. — Argemiro de Figueiredo, Relator. — Caiado de Castro. — Daniel Krieger. — Atílio Vivacqua. — Jefferson de Aguiar. — Padre Calazans. — Menezes Pimentel.

#### Parecer nº 77, de 1961

Redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1961, que concede aposentadoria a Lourival Câmara, Taquígrafo-Revisor, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Tendo o Senado aprovado o Projeto de Resolução nº 5, de 1961, concedendo aposentadoria a Lourival Câmara, nos termos dos artigos 343, item IV e 346 da Resolução nº 6 de 1960, propõe a Comissão Diretora em obediência aos dispositivos acima citados, se acrescentem à redação final do aludido projeto, após a expressão "PL-2" as seguintes palavras: "no cargo de Diretor, PL-1", ficando a mesma assim redigida:

#### RESOLUÇÃO

O Senado Federal resolve:

Artigo único: É concedida aposentadoria a Lourival Câmara, Taquígrafo-Revisor, PL-2, no cargo de Diretor, PL-1, nos termos dos artigos 343, item IV, e 346 da Resolução nº 6, de 1960, do Senado Federal, incorporando-se aos proventos de aposentadoria a gratificação adicional correspondente.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de maio de 1961. — Auro de Moura Andrade. — Cunha Mello. — Gilberto Marinho. — Novaes Filho. — Guido Mondim.

#### Parecer nº 78, de 1961

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2.635, de 1961, (no Senado nº 28-51), que reorganiza o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

Relator: Sr. Paulo Fender.

O Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de corrigir falhas existentes no quadro do Pessoal de sua Secretaria e atender às exigências do serviço resultantes de mudança para Brasília, submeteu, com o ofício número 674 — P-60, ao exame do Congresso Nacional, proposta que substancia tais finalidades.

Na Câmara dos Deputados, porém foram alterados os termos da sugestão originária da Egrégia Corte de Justiça, sintetizados no presente projeto as medidas então aprovadas.

O confronto do atual Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal com o constante do projeto em exame, oferece o seguinte resultado, em número de cargos a serem criados:

- 1 — Médico.
- 1 — Eletricista.
- 1 — Enfermeiro.
- 1 — Eletricista-auxiliar.
- 10 — Guarda de Segurança.
- 3 — Mensageiro.
- 2 — Telefonista.
- 10 — Oficial Judiciário (na inicial — realizadas ou promoções).
- 15 — Auxiliar Judiciário (carreira nova).
- 3 — Taquígrafo.
- 6 — Auxiliar de Portaria.
- 35 — Auxiliar de Limpeza.
- 12 — Motorista-auxiliar.
- 100 — novos cargos.

A par da criação de tais cargos, o projeto prescreve medidas que, dentro em algum tempo, compensarão os onus decorrentes de seus efeitos imediatos, promovendo até quando alcançados os seus objetivos, uma sensível redução nos gastos com pessoal.

De fato, extintos os cargos da classe PJ-3, da carreira de Taquígrafo; os de Continuo, PJ-7; os de Servente PJ-7; e os de Mensageiro, PJ-9, o provimento das vagas, nas classes iniciais dessas carreiras, por serem estas de padrões bastante inferiores, produzirá, desde logo acentuada economia para o Erário. (Art. 3º e 4º).

Outro aspecto a ressaltar no presente projeto e que tem um sentido nitidamente moralizador, é o que se contém no art. 7º.

Assim, os cargos da Secretaria dos Tribunais que não tenham qualquer similitude com os da Secretaria do Senado e da Câmara, só poderão ser classificados ou enquadrados, mediante lei de iniciativa do Tribunal interessado.

Face ao exposto, e tendo em vista os aspectos de conveniência e interesse para o serviço público, opinamos pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1961. — Daniel Krieger, Presidente. — Paulo Fender, Relator. — Joaquim Parente. — Benedito Vata-das.

#### Parecer nº 79, de 1961

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 2.635, de 1961 (no Senado nº 28-51), que reorganiza o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal.

Relator: Sr. Fausto Cabral.

O mérito do presente projeto, que reorganiza o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, já foi devidamente apreciado pela Comissão de Serviço Público Civil, que concordou com as medidas nele substanciadas.

Trata-se de proposição cujo objetivo é estruturar os serviços da Secretaria da Egrégia Corte às suas novas e complexas necessidades, o que exige o reatamento de cargos e funções, nas bases nela previstas.

II — Proposta pelo Poder competente a reorganização mencionada, e reconhecida legítima pelos órgãos técnicos competentes, o seu aspecto financeiro passa a um plano secundário, porque simples decorrência de um ato considerado necessário.

III — O projeto cria cargos, indispensáveis aos serviços do Tribunal, mas, em compensação, extingue trinta e dois outros, quando vagarem, o que neutraliza, em parte, o aumento das despesas.

O pagamento dos vencimentos ou proventos de inatividade decorrentes da nova Classificação retroagirá à data da concessão das vantagens financeiras pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal aos servidores de sua Secretaria, o que é equânime.

Para fazer face às despesas com a reorganização do quadro do pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário o crédito de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Esses são os aspectos financeiros da proposição, sobre os quais nenhuma objeção temos a fazer.

IV — Ante o exposto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 12 de abril de 1961. — Freitas Cavalcanti, Presidente. — Fausto Cabral, Relator. — Vitorino Freire. — Daniel Krieger. — Gaspar Velloso. — Ary Vianna. — Fernandes Távora. — Barros de Carvalho. — Nogueira da Gama.

#### O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do Expediente, Srs. Senadores, a Mensagem relativa à indicação do Desembargador Pedro Rodolpho Marcondes Chaves para Ministro do Supremo Tribunal Federal vai à Comissão de Constituição e Justiça; a Mensagem que indica o Diplomata Antônio Corrêa do Lago para Embaixador Extraordinário Plenipotenciário junto ao Governo da Venezuela, vai à Comissão de Relações Exteriores; e a Mensagem que indica o nobre Senador Freitas Cavalcanti para Ministro do Tribunal de Contas da União, vai, preliminarmente à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de que esse órgão técnico estabeleça critérios para a conduta do Senado, no caso atual e em futuros, de vez que já existe indicação, acordada pelo Plenário, de outro nome para o mesmo cargo.

Os oradores inscritos.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

#### O SR. NOVAES FILHO:

(Lê o seguinte discurso): Sr. Presidente, ausente da sessão em que o Senado tributou merecida homenagem ao nosso antigo companheiro Senador Assis Chateaubriand, venho declarar minha inteira solidariedade e luto por esta Casa.

Faço-o como velho amigo de Assis Chateaubriand e também como pernambucano, porque filho espiritual do pernambuco, tendo feito a sua formação no Recife. Ele se tornou um amado da minha terra e um dedicado companheiro da minha gente. Professor da velha Faculdade de Direito do Recife essa condição, mais importante o seu espírito da forte coloração pernambucana que é muito visível em sua fulgurante personalidade.

Em Assis Chateaubriand o difícil é distinguir qual a sua faceta mais atraente: o jornalista, o lutador, o mestre de Direito, o parlamentar, o diplomata, o estimulador da aeronáutica, o defensor da criança, o pregador de maior afeição e conhecimento entre os homens de umas a outras regiões do Brasil?

Mais ainda a sua personalidade cresce à admiração dos seus patrióticos pelo empenho em favor do desenvolvimento econômico do país, devotamento ao progresso da lavoura e os seus esforços em busca de tipos finos de café e de algodão para conquista fácil dos mercados externos.

Admiro, com enternecimento, a sua bravura na luta, a sua agressividade nas polejias, e ao mesmo tempo a sua transigência pelo coração o seu desarmamento pelo afeto, o carinho às velhas amizades, a exaltação e encanto com que sempre se refere às famílias dos Guararapes, às suas velhas estirpes, ao seu bom tom, ao cunho de finura e fidelidade da sociedade pernambucana.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Pois não. O Sr. Gaspar Velloso — Como V. Exa., também eu estive ausente do Senado por ocasião das manifestações do Plenário em relação à ida do nosso ilustre ex-companheiro, Senador Assis Chateaubriand, para os Estados Unidos, onde se vai submeter a uma intervenção cirúrgica que, por certo, o trará de volta às lides jornalísticas.

Ausente, na ocasião, aproveito a oportunidade que tão benevolamente V. Exa. me propicia, para solidarizar-me com as palavras que pronuncia a respeito do nosso ex-colega, que considero, sem favor algum, uma das mais fortes personalidades que, no País, se têm devotado ao seu progresso, ao seu alevantamento, para que tenhamos, no concerto das Nações, o lugar que devidamente merecemos.

O SR. NOVAES FILHO — Incorporo, com prazer, ao meu discurso, o aparte do nobre representante do Paraná, o prezado amigo Senador Gaspar Velloso.

O Sr. Alô Guimarães — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com muito prazer ouvirei o nobre Senador Alô Guimarães.

O Sr. Alô Guimarães — Encontrava-me, igualmente, ausente do Senado, quando aqui se prestou homenagem a Assis Chateaubriand. Desejo, portanto, solidarizar-me com as palavras de V. Ex.<sup>a</sup>, que traduzem bem o pensamento da Casa, em relação ao apelo e à consideração que devotamos ao ilustre brasileiro. Trata-se realmente uma das grandes mentalidades do Brasil a desempenhar uma ação profícua em favor do progresso de nossa terra. Mentalidade das mais primordiais e das mais capazes inteligências, jornalista que usa uma pena e outro a serviço dos problemas nacionais. Assis Chateaubriand tem se destacado como elemento dos mais propícios para demonstrar azulejos que aqui vivem, aos filhos do Brasil, que temos uma grande Pátria. Nesta hora em que S. Ex.<sup>a</sup> vai ser assistido para recuperação de sua saúde, desejamos todos que a operação a que se vai submeter, seja coroada de pleno êxito, para que possamos tê-lo conosco na grande jornada que a Pátria reclama com patriotismo e eficiência em favor dos seus destinos.

O SR. NOVAES FILHO — Com prazer, declaro que ficarei consignado no meu discurso o aparte do nobre Senador Alô Guimarães.

Termino acompanhado com entusiasmo o talento, a capacidade de trabalho e de organização de Assis Chateaubriand. O Senado interpretou bem os sentimentos do povo brasileiro rendendo-lhe justa homenagem nesta hora em que todos se unem nos mesmos votos para o seu breve e completo restabelecimento.

E, muito em particular, o nobre e heróico povo pernambucano com o qual Assis Chateaubriand aprendeu muito de rebeldia, de espírito de luta, de amor e defesa à liberdade, povo que acompanha com ansiedade e emoção o estado de saúde do vibrante trabalhador, que imobilizado num leito, continua doutrinando, oferecendo conselhos, repondo fatos, esclarecendo episódios e servindo como sempre serviu à democracia e ao Brasil.

O Sr. Benedito Valladares — Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Ouvirei com prazer, o nobre Senador Benedito Valladares.

O Sr. Benedito Valladares — Considero muito justa a homenagem que o Senado vem prestando a Assis Chateaubriand, que vai aos Estados Unidos à procura de melhoria da sua saúde. E um dos homens que mais benefícios tem trazido ao Brasil, pelo seu espírito público aliado a uma alta capacidade. Amigo íntimo de Assis Chateaubriand, observei em todas as fases difíceis do País, a sua preocupação com o bom comportamento dos brasileiros e neste sentido orienta as suas organizações de publicidade. Há poucos dias, visitei-o no Rio de Janeiro e confesso que saí de sua residência comovido; o seu pensamento era todo dirigido para os problemas do Brasil. Homens como este são raros, Sr. Presidente. E, pois, de maior justiça a homenagem que se presta ao jornalista, ao grande Embaixador, ao Senador que, nesta Casa deixou um nome que jamais será ultrapassado.

O SR. NOVAES FILHO — O aparte do nobre e eminente Senador Benedito Valladares ficará incorporado ao meu discurso.

Sr. Presidente, com as palavras que acabo de proferir perante este Plenário, julgo haver-me associado com abundância de coração, às justas homenagens que esta Casa presta, formulando votos pelo restabelecimento do eminente jornalista, antigo parlamentar e grande brasileiro, Assis Chateaubriand. (Muito bem. Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Nelson Maculan.

O SR. NELSON MACULAN:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, quisera S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente Jamio Quadros e o Sr. Ministro da Agricultura Romero Cabral da Costa, através do Decreto n.º 50.411, de 5 de abril de 1951, proporcionar aos produtores de cereais do nosso País, preço que compensasse o trabalho e a luta, na dura tarefa de lavrar a terra.

Entretanto, Sr. Presidente. Senhores Senadores, nós, homens ligados à produção agrícola, sabemos que o Decreto em tão boa hora exarado e publicado, não levará ao homem da produção, as garantias que supunham S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro da Agricultura.

E por que não ocorrerão essas garantias? Posso afirmar ao Plenário que as condições de garantia, proporcionadas pelo Decreto de 5 de abril, apenas dão coarctura parcial na garantia do preço mínimo da produção de cereais; porque para que, um produtor agrícola seja efetivamente favorecido pela medida do Decreto recentemente publicado, torna-se necessário que o fruto de seu trabalho seja levado por ele próprio aos portos; ou aos três centros consumidores de São Paulo, Curitiba e Belo Horizonte.

Posso afirmar que nenhuma inovação trouxe o Decreto, a não ser a fixação de mais três cidades centros. Como há anos nos vimos batendo para que se leve a garantia do preço mínimo ao interior, ocupo esta tribuna para, enaltecendo a iniciativa do Senhor Presidente da República fazer pequenas sugestões julgadas de grande importância para que a defesa do preço mínimo vá ao interior.

Sabemos que a rede de intermediários existente entre o produtor e o consumidor leva, por certo, a melhor parte do preço mínimo dado aos cereais, isto porque o preço anterior permanecendo como está, sem a menor garantia, sem a menor defesa, não existindo armazéns nem rede bancária credenciados para, efetivamente, dar ao trabalhador rural essa defesa, os intermediários valendo-se do próprio decreto, não titubearão em usufruir a parte do leão.

O fato tem-se registrado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, todos os anos, e repetir-se-á se outras providências de caráter urgentíssimo não forem tomadas nas fontes de produção.

Em Projeto de Lei que apresentei nesta Casa, o qual tomou o n.º 2-80, procurei, através de um critério, criar condições para estabelecer um preço mínimo para o homem que trabalha na terra e que produz. No art. 1.º do meu Projeto, aqui aprovado estabeleceu-se que esse preço mínimo não poderia ser inferior ao preço efetivo, ao preço do custo anterior, como justa retribuição.

Leio em artigo publicado na Fôlha de São Paulo que os preços mínimos estão muito inferiores àqueles recomendados pelo Serviço de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado.

Sr. Presidente, mesmo na vigência da Lei n.º 1.506 acredito que a Comissão de Financiamento da Produção, através de três pequenas providências muito simples, — e aproveito o ensejo para sugerir-las — poderia levar, mesmo com a atual fixação de preços mínimos, uma garantia efetiva ao homem que trabalha na terra. Poderia o Governo credenciar armazéns, mesmo particulares organizar cooperativas de assistência rural, designar estabelecimentos de créditos onde não houvesse agências do Banco do Brasil e estabelecer convênio com entidades de classe para que juntas, unidas, afetivamente dessem essa res-

paldo tão necessário ao trabalhador rural.

Continuo afirmando, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que se essas medidas não forem levadas ao interior, correremos o risco de ver um decreto assinado pelo Sr. Presidente da República, imbuido de todo o patriotismo e da melhor boa vontade no sentido de levar garantias ao trabalhador rural, servir de instrumento para que os intermediários açambarcadores dele se aproveitem para a construção de suas fortunas particulares.

Aqui ficam minhas sugestões que julgo de caráter importante e urgente, para que, dentro dos termos da Lei n.º 1.506, ainda seja possível levar ao trabalhador do campo a garantia do preço mínimo.

Conhecemos de perto o problema no Estado do Paraná. A maioria das lavouras de cereais não pertence ao grande proprietário rural, mas faz parte da fonte de receita do assariado rural, homem descontentado que não tem mais ilusões com a terra e que, quando Deus lhe manda chuva e sol no momento certo e vê sua produção crescer, infelizmente não conta com garantias capazes de valorizar seu justo trabalho no amanho da terra.

Sr. Presidente, se medidas complementares não forem tomadas para afirmar que o trabalhador rural, aquele que efetivamente lava a terra, nenhuma benefício obterá do Decreto n.º 5.411, de 5 de abril de 1951.

Era o que tinha a dizer (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Alô Guimarães.

O SR. ALÔ GUIMARAES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, em dias deste mês, minha terra natal, o Paraná, teve oportunidade de visitar um dos empreendimentos industriais de maior desenvolvimento da terra paranaense — a Indústria de Cerâmica Paraná S. A.

Trata-se, realmente, de uma dessas iniciativas que dão satisfação aos nossos sentimentos patrióticos, pois bem demonstram nossa capacidade em todos os setores de atividades relevantes no mundo industrial, no mundo agrícola ou no terreno do desenvolvimento das ciências.

A Indústria de Cerâmica Paraná S. A., localizada junto de Curitiba, no município de Campo Largo, é uma iniciativa privada e fundamentada em capitais estrangeiros, capitais que foram trazidos ao Brasil através da iniciativa desse homem já relacionado com a nossa gente e com a nossa terra, que é o Sr. Hans Kiefer, ilustre Diretor Presidente do empreendimento e, há muitos anos, Cônsul suíço em meu Estado.

A indústria de cerâmica é realmente notável, com organização modelar, aparelhagem técnica das mais modernas e pavilhões funcionais que dão ao visitante a melhor impressão.

Essa organização industrial, notável pelos seus empreendimentos de natureza material, pelos seus pavilhões modernos, suas estruturas novas, seu maquinismo recém-importado de primeira grandeza, dá testemunho de assistência modelar, como também aos seus operários e técnicos, proporciona ambiente favorável ao desempenho de suas funções. Dessa forma, vem ela competindo com as maiores e melhores congêneres em todo mundo.

Os azulejos fabricados pela Cerâmica Paraná S. A. são considerados dos melhores do Brasil, competindo com mais três organizações similares existentes em São Paulo e rivalizando com as mais importantes e nobres do mundo.

Essa fábrica produz mensalmente dois milhões de azulejos e, ainda, agora, de ampliar seus departamentos, para que possa aqui ficar essa quota, dado o consumo que o seu produto, por ser o melhor, tem na região nacional. Sua produção é toda vendida novamente nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; todavia a procura tem sido feita por outros Estados, na Federação e também pelo estrangeiro.

A fábrica teve oportunidade de exportar azulejos para o Paraguai e para os Estados Unidos da América. A indústria material de azulejos é uma das mais importantes da nossa economia, pois, além de cumprir suas obrigações com o exterior, a esses se somam a produção, oriunda dos Estados Unidos e do Oriente Médio, permitindo a indústria a obter a maior parte de sua produção e, consequentemente, a sustentar a nossa economia nacional.

Aproveito esta oportunidade para provar a Casa e a nação que essa indústria, quando falamos de indústria nacional e científica, em obras apropriadas, sempre são remuneradoras. Assim ocorre com a organização de Campo Largo, onde são empregados o cádmio e argilas anódicas e a aplicação desse tipo de cerâmica. Transformam-se elas, em sua sequência natural, para aparelhagem técnica, até a fase terminal do azulejo. Esses empreendimentos são de grande importância para a vida nacional, principalmente quando partem da iniciativa, que realmente se mantém os investimentos desenvolvimentistas na esfera industrial.

Participo nesse particular, Senhor Presidente, do pensamento do Senhor Eugênio Gudin, quando, estudando o emprego de capitais estrangeiros e nacionais, se fixa no pensamento de que as organizações privadas de natureza desenvolvimentista e notadamente industrial, devem prevalecer como tais, não porque possam interferir na nossa balança de pagamentos, mas para que possam trazer maior soma de representação à renda nacional.

Essa indústria, formada de capital estrangeiro, funciona desde 1953, nela sendo investida soma superior a duzentos milhões de cruzeiros. Além de contribuir para o progresso industrial e técnico do país, paga, notadamente, 10 de impostos no território paranaense, mais de trinta e cinco milhões anuais. Torna-se, portanto, neste particular, o teste do Professor Gudin, quando afirma:

“Uma das razões, talvez a principal, da nossa tendência a discriminar contra o investimento estrangeiro considerado não essencial é a convicção de que os investimentos, que não produzem eles próprios ao menos as divisas necessárias à remessa de seus lucros, constituem um ônus para o Balanço de Pagamentos do País.”

Mas isto é um erro fundamental. Qualquer economista que sabe o seu ofício pode demonstrar que, salvo inflação mesmo àqueles investimentos que não geram eles próprios as exportações criadoras de divisas, nem tampouco produtos substitutivos da importação, não dão lugar a desequilíbrio no balanço de pagamentos (quem quiser saber porque, procure um economista).

Veja-se o caso da Licht, por exemplo. Ela não exporta nada; não gera, portanto, divisas. Ela não produz “diretamente” nada que substitua produtos importados. Entretanto, dificilmente se poderá indicar um investimento, mais proveitoso para a economia nacional do que o da energia elétrica.

E que, além do mais, o valor ou a vantagem para o País de um investimento, nacional ou



estrangeiro, não se mede por suas repercussões sobre o balanço de pagamentos e sim sobre a Renda Nacional Real. O qualificativo "real" é para eliminar os incrementos nominais como no caso da indústria de automóveis de passageiros que se faturam por uma importância três vezes maior do que o valor "real".

O investimento é tanto mais vantajoso para o País quanto maiores seus efeitos positivos sobre o incremento da Renda Nacional. Um investimento como o da Indústria Automobilística em geral, que mobiliza centenas de outras fabricas, de peças, vidros, esmalamento etc., tem um impacto considerável sobre a Renda Nacional porque seu "multiplicador" é elevado.

De qualquer forma, o valor de um investimento, estrangeiro ou nacional, para o desenvolvimento do País não se afere por seus efeitos sobre o balanço de pagamentos e sim sobre a Renda Nacional real do País que dá o índice ("per capita") do enriquecimento de uma população.

Em um País subdesenvolvido, em que os capitais nacionais são escassos, todos os capitais estrangeiros que afluem e que incrementam a atividade econômica, a produção e, portanto, a Renda Nacional devem ser bem acolhidos. Porque, uns mais outros menos, são proveitosos para seu desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, com estas palavras dou meu apoio a esta nascente indústria do Paraná, formada, exclusivamente por capitais e técnicos suíços, para lá atraída pelo Dr. Hans Kiefer, velho amigo de nossa terra e Diretor-Presidente da Indústria Cerâmica Paraná S. A.

Deixo consignado este fato, para que a Nação saiba que no Paraná esta indústria é um modelo na sua constituição, pelo valor da matéria que produz, pelo incentivo que dá ao trabalhador nacional, pela organização que dá a outras indústrias paralelas, enriquecendo a nossa terra e trazendo para o nosso País uma série de técnicos, que há-de, sem dúvida, trabalhar em favor do progresso nacional. (Muito bem).

#### O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Nogueira da Gama.

#### O SR. NOGUEIRA DA GAMA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, é sabido que os trustes econômicos-internacionais usam dos mais variados métodos e formas para agir em nosso País e manter a economia brasileira em estado colonial, porque, só assim, podem fruir mais largamente das nossas riquezas, em seu próprio interesse.

Exemplo típico dessa atividade nefasta e prejudicial ao Brasil está no programa de extração, exploração e exportação do nosso minério de ferro em grande escala, organizado pelo grupo M. A. Hanna Company dos Estados Unidos.

O grande jornalista Drew Pearson, mundialmente conhecido, publicou, de parceria com seu colega Jack Anderson, em 1959, um livro notável em que faz um estudo do desenvolvimento da Indústria, da Ciência e das Artes e dos negócios nos Estados Unidos, não deixando de mostrar e acentuar, sempre que oportuno, o entrelaçamento dessas atividades com os demais países do mundo.

Em várias páginas deste livro de grande importância, há referências ao Brasil e que deixam ver, precisamente, o campo aberto que nosso País tem sido para as incursões destes trustes internacionais.

Aludindo ao grupo M. A. Hanna Company, Drew Pearson classifica-a de império Hanna-Humphrey, porque o seu maior acionista foi, exatamente, o Secretário do Tesouro Americano Mr. Humphrey, durante a administração do General Eisenhower.

E muito conhecido, em nosso País, Sr. Presidente, o plano traçado pela Hanna para a exportação do nosso minério de ferro. Os jornais dele se ocuparam. Numerosos discursos foram ouvidos, na Câmara dos Deputados, de análise e de protestos contra esses planos.

O esquema traçado por esse grupo tinha como ponto de partida as atividades até então a cargo da empresa Saint John Del Rey Mining Company Ltd., que explora as minas de Morro Velho.

Além dessas atividades, há longos anos dispõe a referida entidade de minério de ferro, calculado, mais ou menos, em três bilhões de toneladas situadas em jazidas de sua propriedade. Daí porque a revista "Time", de março de 1953, referindo-se ao interesse que a Hanna passou a ter sobre a São João Del Rey Mining Company usou dessa expressão:

"A Hanna deixou-se atrair não pelo coração de ouro, mas pelo peito de ferro".

Sr. Presidente, a exploração de ouro nas minas de Morro Velho é deficitária há longo tempo, e a Hanna, no intuito de bem compor seu plano de absorção das atividades no minério de ferro, transformou os serviços da São João Del Rey Mining Co. em diversos setores, organizando para cada um delas entidades diferentes, uma delas a Mineração Morro Velho S. A. A esta foi entregue a exploração das minas de Morro Velho, a quem coube continuar extraindo o ouro dessas velhas minas, de excelente teor, mas já muito gravoso pelo alto custo de trabalho. E para agradar aos brasileiros, Sr. Presidente, o grupo Hanna, na constituição dessa nova entidade, ficou apenas com 25% do capital, colocando os restantes 75% em mãos de brasileiros, de brasileiros testas de ferro, que se prestaram a encobrir o poderio do truste detentor do domínio de todas essas atividades.

A exploração do minério de ferro, por seu lado, passaria para uma empresa a ser constituída sob a denominação de Mineração Industrial do Vale do Paraopeba, na qual a Hanna teria 99,7% das ações e cujas jazidas seriam exploradas por uma outra organização do "holding", — a Mineração Águas Claras — que pagaria royalties à São João del-Rei Mining, pertencente à Hanna!

Uma quarta empresa, Sr. Presidente, seria igualmente organizada, — a Companhia Auxiliar de Transportes — para conduzir o minério até o porto marítimo que a Hanna desejava construir em Guandúia, próximo à Itacuruçá.

Dois planos principais esse grupo apresentou para a consecução do seu desejo de tomar conta do minério de ferro do Brasil. O primeiro deles previa a construção de uma estrada de ferro própria, com o aproveitamento dos trechos já existentes da Rede Mineira de Viação, de modo a se fazer o transporte pelo vale do Paraopeba até o porto de Angra dos Reis, via Itabirito e Andrelândia.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer.

O Sr. Paulo Fender — Está V. Exa. fazendo um elogio ao oligopólio que essas empresas, em consórcio, estão exercitando contra a economia brasileira. Salienta muito bem V. Exa. esse conlui existente em Minas Gerais a respeito da exploração das nossas riquezas minerais. Pede per-

missão para este aparte a V. Exa. porque trabalhei muitos anos na Companhia Morro Velho, como médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões que assiste aos mineiros dali. E tenho uma observação, de vs, daqueles problemas, não só sociais, relativos aos operários que ali morrejam, como também econômicos e financeiros com relação ao guante que representa a ação da antiga São João del-Rey Mining Company, sobre a exploração do ouro neste País. Na realidade, as minas de Morro Velho têm velozes inexauríveis de ouro mas, não convém à companhia explorar ouro. Convém explorar minério de ferro, como esta fazendo, agora, nesse oligopólio com tais empresas — oligopólio que V. Exa. denuncia muito bem e com muita propriedade como bom mineiro que é, conhecedor desses assuntos econômicos. Meu aparte é apenas contributivo, no sentido de dar a V. Exa. uma impressão de visto, de quem ali tanto trabalhou e observou como provas e testas de ferro sempre ali existiram, para acabar com a ação dos estrangeiros no Brasil a esportar nossas riquezas. Nova Lima tem sido um feudo inglês dentro do Brasil. Veio a Companhia Hanna, por assim dizer, corromper o deficit propostado da Morro Velho, porque a companhia não estrai o ouro porque não quer, mas volta suas vistas para o minério de ferro. As terras de propriedade da Companhia de Morro Velho se estendem por grandes áreas de Minas Gerais e foram compradas a preço vil. Por aí vemos como nossas riquezas estão a mercê do poderio estrangeiro. É preciso que nós levantemos para disciplinar a ação estrangeira, facilitando, é claro, os investimentos mas os permitindo para que nossos bens não sejam sacrificados.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato pelo valioso aparte de V. Exa., testemunha do que se passa na região do ferro em Minas Gerais, porque, como bem acentuou, teve ocasião de exercer ali sua profissão, conhecendo bem o problema.

Sr. Presidente, o plano da construção de uma estrada de ferro própria foi posteriormente abandonada pela Hanna, por ter sido outorgado à Ferrostal, grupo alemão, a concessão para o trecho de Itabirito a Andrelândia, ligando a Angra dos Reis. Pelo que se sabe, só aparentemente, porém a Hanna abandonou o projeto de construção dessa estrada de ferro própria, porque os elementos que a representam no Brasil, notáveis advogados em nossa terra são quase que os mesmos do grupo da Ferrostal e segundo notícias correntes já se acham em perfeita identidade nos seus pontos de vista, para uma ação em conjunto.

O segundo plano, apresentado pelo grupo refere-se ao transporte através das linhas da Central do Brasil, num percurso de seiscentos e sessenta quilômetros. A Hanna contribuiria com os vagões fornecendo a Central do Brasil a tração e o pessoal para os serviços indispensáveis aos transportes. Admitindo-se, Sr. Presidente, para esse percurso uma tarifa de oitocentos cruzeiros segundo a opinião dos técnicos o transporte não pode ir além de seis milhões de toneladas — a receita da Central seria de quatro bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros. A Hanna alegava que o seu projeto de utilização dos trilhos da Central e pagamento de tarifa especial, iria propiciar a grande empresa ferroviária nacional, possibilidade de se livrar do seu atual regime de deficit. Segundo opiniões mais abalizadas, essa receita, como disse, não poderá ir além de quatro bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros. ao passo que o deficit atual da Central do Brasil é de sete bilhões de cruzeiros. Haverá, portanto, uma apreciável parcela ainda a descoberto. Isso, se se computasse a tarifa a Cr\$

300,00 o quilômetro, o que a Hanna não deseja, pois que entrando com os vagões, por certo pretendia pagar muito menos, de vez que a Central do Brasil é de Cr\$ 703,00 por quilômetro.

Sr. Presidente, ao apresentar o seu plano, A Hanna, na verdade, utilizou-se de pura mistificação. Pretendia desviar a atenção dos que protestavam contra suas atividades e objetivos para, no momento oportuno, sub-repticiamente, alcançar o que visava.

Entre técnicos que examinaram o problema, desejo citar a opinião do Dr. Maurício Joppert, atual Deputado pelo Estado da Guanabara que, em entrevista a "O Globo", de 16 de julho de 1960, teve oportunidade de se manifestar nestes termos:

"A Central poderá atender, com sacrifício, a um serviço da ordem de 5 a 6 milhões de toneladas, para o que se está aparelhando o porto do Rio de Janeiro. Mais do que isso, 10 a 20 milhões, como Hanna projeta na Ilha de Guabiruba, na baía da Ilha Grande, só prejudicando o serviço próprio da zona que atravessa. E' que a Hanna achou mais econômico para ela cancelar a via férrea do seu projeto inicial e usar a Central, que lhe dará a linha e a tração, cobrando-lhe apenas os vagões especiais para o minério. Suas despesas no Brasil descerão dos 300 milhões de dólares previstos a uns 10 milhões talvez, e a Central ficará literalmente ocupada por essa invasão de suas linhas sem poder atender às necessidades de outros exportadores ou de produtoras das regiões que dela dependem."

Sr. Presidente — A Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional teve ensejo de se manifestar contrariamente ao projeto de Hanna, nestes termos:

"O grupo de Estudos e Planejamento, considerando —

— que o projeto da Mineração Hannaco se apoia em infra-estrutura, quase toda, já existente;

— que 3/4 partes dos recursos financeiros previstos, provirão de créditos concedidos pelo EXIM-BANK e por outras instituições norte-americanas;

— que o pequeno investimento feito, diretamente, pelo Grupo Hanna-Leo Model, terá, assim, assegurada a mais alta rentabilidade, sem que o capital corra o menor risco;

— que, apesar disso, não foi cogitado o reinvestimento de uma parcela dos lucros, nem a participação do capital nacional na parte rentável do esquema, o que seria altamente desejável, ainda mais que o projeto se refere a uma atividade extrativa;

— que se processando a negociação de divisas, provenientes das exportações de minério de ferro, e a movimentação de capitais e seus rendimentos pelo mesmo mercado de câmbio — o mercado da taxa livre, os investigadores poderão fazer retornar ao exterior a maior parte da receita obtida;

— que, dessa forma, os empresários nacionais ficarão sujeitos a forte concorrência, sem que ocorra, efetivamente, um incremento compensador da receita cambial do país, nada adiantando o aumento do quantum exportado;

— que muito embora, todas essas vantagens apontadas, a Mineração Hannaco ainda pleiteia medidas cambiais e tarifárias;

— que o desmembramento do patrimônio da Saint John Del Rey Mining Co. agravará, fatalmente, o problema social dos mineradores de Morro Velho;

— que esses aspectos refletirão, com intensidade, no campo nat-



Julga o projeto da Mineração Hannaco Ltda., nos termos em que está concebido, inaceitável, não só do ponto de vista econômico, como do ponto de vista político e do ponto de vista psico-social".

Este parecer está datado de 26 de agosto de 1960 e foi enviado em informações à Câmara dos Deputados em 16 de janeiro de 1961.

O Sr. Paulo Fender — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com prazer.

O Sr. Paulo Fender — V. Exa., que abraça tão proficientemente o problema do ferro no Brasil, não acha que deveríamos organizar uma empresa para explorá-lo?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — V. Exa. vem justamente ao encontro dos meus objetivos.

O Sr. Paulo Fender — Felicito-me por haver adivinhado o pensamento de V. Exa.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — O que me traz à tribuna é o desejo de equacionar o problema e procurar a solução que, a meu ver e segundo a opinião dos mais abalizados técnicos que estudaram a matéria, consiste na organização de uma sociedade de economia mista para cuidar do assunto.

O Sr. Paulo Fender — V. Exa. tem bastante autoridade para apresentar ao Senado, um projeto nesse sentido.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Sr. Presidente, o projeto da Hannaco despertou gerais protestos, inclusive do Governador Bias Fortes que, em entrevista a "O Globo", de 10 de junho de 1960, declarou não ser admissível deixar-se abandonada uma região servida pela Central do Brasil só para atender aos desejos do grupo americano, de se enriquecer com o que é nosso e que a nós brasileiros deve oferecer os resultados de sua exploração.

Na verdade, e que a Hannaco objetiva é a mineração, a extração e exportação do minério de ferro, lucros imensos calculados, no mínimo, em 22 milhões de dólares, nada deixando, em compensação, que possa ser utilizado em benefício da industrialização da zona por ela explorada. O que ela visa é montar uma atividade meramente predatória, colonialista, que lhe dê maiores receitas. Não olha para o lado econômico da região que pretende explorar. É simplesmente imperialista nos seus objetivos.

Sr. Presidente, tive ocasião de dizer que a Hannaco organizou a Mineração de Morro Velho, ficando com 25% de ações para o seu grupo colocando 75% nas mãos de brasileiros que se prestaram a encobrir os capitais estrangeiros.

Essa assembléia de 23 de julho de 1957, quando os protestos já se haviam levantado contra os planos da empresa americana — e ela já notara a impossibilidade de realizar os seus objetivos o capital da Mineração Morro Velho foi elevado de Cr\$ 1.100.000.000,00 sendo todo esse aumento subscrito por bens e dinheiro fornecidos pela St. John Del Rey Mining Co. Ltd. empresa por ela controlada, que é uma sub-holding do grupo Hannaco, uma vez aludida St. John Del Rey Mining Co. Ltd. é controlada pela Hannaco Coal & Ore Corporation, por sua subsidiária da Hannaco Co.

Por aí se verifica, Sr. Presidente, que tendo visto a impossibilidade de realizar seus desígnios, ela recuou e retomou dos acionistas brasileiros ou dos pseudo-acionistas daqueles que representavam os capitais americanos em seu nome, a maioria das ações, ficando com o controle absoluto da Mineração Morro Velho, hoje inteiramente sob seu domínio, num total de noventa e oito por cento do respectivo capital.

Houve, portanto, uma farsa, Sr. Presidente, um verdadeiro engodo que a própria HANNA se incumbiu de desmascarar na Assembléia Geral em

que retomou o comando absoluto da empresa.

A ata dessa Assembléia foi publicada em um dos matutinos do Rio de Janeiro do dia 7 de janeiro do corrente ano, encontrando-se estampada à página 1.438 do Diário Oficial de 27 do mesmo mês.

Tudo leva a crer, portanto, que a HANNA, como disse ainda há pouco, procura agir em surdina, mais discretamente, mais sorrateiramente, para obter a concretização de seus planos. É fácil compreender que o caminho melhor seria mesmo este, pois a HANNA COAL & Ore Corporation, subsidiária da HANNA Co., tinha em seu poder 99,9% das ações da Mineração Hannaco, além de controlar, como já mencionei, a St. John Del Rey Mining Co. Ltd. Possui ainda, 99,95% das ações da Mineração Hannaco do Brasil, sediada em Belo Horizonte. É também detentora de 99,9% das ações da Mineração Serra Negra, igualmente com sede em Belo Horizonte.

Além disso, controla, indiretamente, através da St. John Del Rey Mining Co., as sub-holdings Companhia de Mineração Novalimense e Mineração Central Del Rey Ltda., ambas em Nova Lima, no Estado de Minas Gerais.

Com toda essa organização o grupo HANNA não precisou levar adiante a constituição da Sociedade Mineração e Indústria Vale do Paraopeba para atingir os objetivos a que inicialmente se propusera. A constituição dessa empresa fazia parte do plano que seria por ela própria mais adiante abandonado.

Sr. Presidente, o grupo HANNA tinha, portanto, os trunfos na mão para lançar sua jogada contra o minério de ferro do Brasil. Esses trunfos eram suas subsidiárias, cujos nomes ou denominações acabei de referir.

Bastava obtivesse o grupo HANNA autorização para que qualquer das operantes de sua holding explorasse o minério de ferro no quadrilátero Ferrífero. O resto viria depois, provavelmente, sem maiores dificuldades e foi o que aconteceu, tendo a Mineração Hannaco Ltda. sido autorizada a lavar minério de ferro no Município de Itabirito, em Minas Gerais, nos terrenos de propriedade exatamente da St. John Del Rey Mining Co. Ltd. Essa autorização consta do Decreto nº 49.255, de 17-11-1960, publicada no Diário Oficial de 25 do mesmo mês e ano.

Em resumo, a Hannaco Co. obteve autorização para que suas subsidiárias da Mineração Hannaco fizessem aquilo que, no projeto inicial, caberia à Mineração e Indústria do Vale do Paraopeba e à Mineração Águas Claras. Houve apenas mudança de nomes, pois os donos da exploração e os orientadores do truste são os próprios componentes do grupo Hannaco Co.

O Sr. Presidente, chegam-me notícias de que Hannaco Co. está agora vivamente empenhada, com todo o poder de que é capaz e usando toda a pressão política e econômica que tem conseguido manobrar neste País, em concretizar o objetivo mais importante dos seus planos, que diz respeito ao transporte e ao embarque de minérios. Assim, insiste em obter concessão para o porto nas proximidades de Itacurugá. Insiste ainda em conseguir através da Ferrostal, grupo alemão concessão para construir o trecho rodoviário que deverá ligar Itabirito a Andrelândia, e, conseqüentemente, a Angra dos Reis.

O Jornal do Brasil do dia 12 de fevereiro do corrente ano, em corajoso artigo de fundo, intitulado "Minérios e Investimentos", denuncia essa nova investida da Hannaco Co. Por outro lado, Sr. Presidente, forceja o grupo americano para obter que a Central do Brasil aquiesça em fazer com ela um convênio para o transporte de minérios. Isso significará o arrasamento da Central, pois da sua capacidade

de transporte passará a servir à Hannaco Co., uma vez que só interessa aos americanos uma exportação em larga escala, a fim de auferir lucros maiores. Uma exportação em larga escala absorverá integralmente a capacidade de transporte da Central do Brasil, deixando inteiramente ao abandono toda a zona servida por essa rodovia no Estado de Minas Gerais.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Estou de pleno acôrdo com as palavras de V. Exa. Quero recordar, neste momento, que tendo apenas por companheiro o ex-Presidente Arthur Bernardes, batime com as forças contra o monopólio da Itabira Iron. Felizmente, depois de uma luta que não foi pequena, conseguimos levar a Câmara dos Deputados à rejeição do projeto que estabeleceria o monopólio da exportação de minérios de ferro para aquela companhia. Hoje, a Companhia Vale do Rio Doce...

O Sr. Fernandes Távora — ... está demonstrando que o Brasil tem capacidade para exportar os seus minérios, e com êxito, pois dá anualmente divisas ao país que tanto dela necessita. Se por acaso a HANNA tiver sucesso nas suas investidas para alcançar a exportação do minério de ferro do Brasil, a Cia. Vale do Rio Doce ficará aniquilada, o que será uma desgraça a mais para o Brasil.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Agradeço muito a valiosa contribuição que V. Exa. traz ao meu discurso. De fato, confirmando os êxitos obtidos desde a sua criação, a Cia. Vale do Rio Doce, ultrapassou mesmo no último ano o seu programa de exportação de minério de ferro, pois vendeu para o estrangeiro 4.269.613 toneladas de minério de ferro, num aumento de 33% em relação a 1959, quando sua exportação foi de ..... 3.264.453 toneladas. E sua programação para embarque no corrente ano se eleva a 6.300.000 toneladas.

Sabe V. Exa. e sabe o Senado que essa empresa pioneira, nos últimos cinco anos de suas atividades empregou ao longo da região do Vale do Rio Doce cerca de um bilhão de cruzeiros em obras assistenciais, hospitais, casas de caridade, serviços de abastecimento de água de vários municípios e uma parte apreciável na constituição de capital de várias empresas de interesse para o desenvolvimento econômico daquela região.

A Cia. Vale do Rio Doce acaba de construir a estrada de grande importância econômica, que liga Belo Horizonte a Itabira, numa extensão de 37 quilômetros e, ainda há pouco tempo ultimou a organização da Companhia Siderúrgica Vatu, sediada também em Itabira, que se destina a produzir ferro esponja e aços finos para melhorar nossas exportações. E não satisfeita em trabalhar por essa forma pelo interesse de nosso país, a Cia. Vale do Rio Doce está, no momento, voltando as suas vistas para o aproveitamento semi-industrial do Itabirito, que existe em larga escala em nosso país e cuja exportação, também em maior volume, muito aumentará a nossa receita em divisas, contribuindo para a melhoria do nosso balanço de pagamentos.

E' a esta empresa pioneira, a que o nobre representante do Ceará Senador Fernandes Távora acaba de se referir com o seu valioso testemunho, que a HANNA deseja fazer concorrência em moldes desiguais, concorrência sob forma capaz de absorver completamente as atividades da Cia. do Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, o problema de minério de ferro do Brasil não comporta mais delongas para sua solução. Ele é magno para os destinos de nossa pátria. O Brasil não pode continuar na sua exportação contando apenas com a pauta pobre que atualmente a

alimenta e na qual figuram, em maior volume, o café e o cacau. Precisamos, pois, corajosamente aumentar as nossos produtos de exportação.

O minério de ferro, graças às atividades da Companhia Vale do Rio Doce, já está, ao que parece, ocupando, nessa pauta, o terceiro lugar, podendo ir muito além.

Não é possível, Sr. Presidente, que existam vacilações ou quaisquer dúvidas sejam levantadas a respeito da conveniência, ou não, de o Brasil exportar minério de ferro. No caso não deve entrar em jogo o problema do nacionalismo. Ninguém mais nacionalista do que eu, por convicção, por sentimento, por patriotismo, pelo apego às riquezas do meu país, pelo horror à tutela estrangeira, pelo amor à liberdade e à independência.

E, como nacionalista, entendo que o Brasil deve exportar minério-de-ferro em larga escala, porque ele existe em grande abundância por todos os recantos do mundo. Se nosso país não orientar sua política no sentido de uma exportação capaz de tornar esse minério, que está debaixo da terra, uma riqueza útil ao progresso e ao desenvolvimento nacional, ela se tornará, dentro de alguns anos, mera inutilidade. Isto porque Sr. Presidente, já chegamos até nós as descobertas e os aperfeiçoamentos da ciência. Os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, já começam a fabricar minério. E' a expressão que se usa — fabricar minério.

O Sr. Paulo Fender — Transmutação de metais.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Concordo em que devemos exportar minério de ferro, mas por conta própria. O Brasil precisa exportar seus minérios para deles auferir todas as vantagens que possam produzir; e não permitir que outros o explorem para lucrar, deixando-nos depois os buracos, como demonstração da nossa incapacidade de aproveitar nossas riquezas. Se o exportarmos através da Companhia Vale do Rio Doce, teremos riqueza; se deixarmos que outros o explorem por conta própria, seremos espoliados, porque a indústria de mineração é uma indústria larga, como dizem os alemães.

O Sr. Paulo Fender — E' a nacionalização que se preconiza e que virá.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato às apertadas de Vossas Excelências.

O Sr. Fernandes Távora — Não é preciso nacionalizar. Quem possui uma riqueza pode dela fazer o uso que entender.

O Sr. Paulo Fender — E' preciso nacionalizar para evitar que o estrangeiro dela se aproprie.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Senhor Presidente, o consumo mundial de minério de ferro orça por trezentos e cinquenta milhões de toneladas e o Brasil entra nesse volume apenas com cerca de quatro milhões.

Só as jazidas do vale do Paraopeba, em Minas Gerais, dariam para suprir o mercado durante aproximadamente, quinhentos anos. São mais ou menos quinhentas montanhas de minério do famoso quadrilátero Ferrífero de Minas.

O Brasil, Senhor Presidente, pode exportar de vinte a trinta milhões de toneladas por ano, numa extração e exportação em grande escala.

E' indispensável, entretanto, que esse problema seja enfrentado de maneira técnica e racional. E' indispensável que providências sejam tomadas para que as atividades se exerçam de forma a possibilitar uma concorrência que se ajuste ou corresponda à competição existente no mercado mundial, uma vez que estamos ainda muito atrasados no desenvolvimento

o na comercialização dessas atividades.

Não dispomos, ainda, como disse há pouco, de uma política econômica de amparo, de organização capaz de enquadrar o conjunto da extração, importação e industrialização do minério, inclusive até a colocação do produto no mercado exterior.

Estudamos-se o interesse desusado e permanente com que a HANNA persiste em entrar na exploração do minério de ferro do Brasil, nega-se a conclusão de que o ponto que mais a atrai, o ponto para ela nuclear em toda essa questão, é o transporte. Isso, ao que se vê, é a parte essencial na exportação do minério de ferro. E estamos hoje diante de uma situação em que o ferro pode sofrer a concorrência do minério "fabricado" ou "enriquecido" pelo tratamento científico, por que retardar o Brasil, por mais tempo, o aproveitamento dessa riqueza?

Essa nova fonte a que acabo de me referir, de aproveitamento científico do minério de ferro e que foi iniciada pelos estudos do Professor Davis, da Universidade de Minnesota, chegou a um resultado impressionante! Em 1959, esse enriquecimento produziu, em minério de baixo teor, de 25 a 30 por cento de ferro, quatorze milhões de toneladas, num teor que vai até a 63 por cento de ferro. Para 1964, essa produção técnico-científica já é estimada em trinta milhões de toneladas. Calcula-se que, dentro de quinze anos, os Estados Unidos poderão produzir quarenta milhões de toneladas, exatamente o volume que hoje importa dos países estrangeiros.

Senhor, Presidente, o minério de ferro é produto altamente compensador, mas o seu mercado é muito dinâmico com suas atividades impulsionadas por grande competição, vindo, por isso mesmo, uma organização que se entrose todo o complexo das respectivas atividades. E a solução para esses problemas é uma só, ou seja, a organização de uma sociedade de economia mista que se dedique ao transporte ferroviário, fluvial e marítimo do minério, desde a boca das jazidas até os mercados exteriores de consumo.

Seria, em última análise, a execução do plano monopolista, de início apresentado pela Hanna. A diferença está apenas na forma e nos objetivos de exploração: enquanto o Grupo Hanna pretende agir com o espírito meramente colonialista, de seu país, retirando grandes lucros para levá-los aos negócios de sua sede, nos Estados Unidos, sem nada nos dar, em compensação, além das impostos, a sociedade de economia mista a que me referi, irá se entrosar com a Companhia Vale do Rio Doce, sob a forma de "holding", visando a um conjunto de atividades, desde a extração de minério até a industrialização.

Sem dúvida, a exportação assumirá grandes proporções, com um reforço, cada vez maior ao nosso balanço de pagamento, mas, sobretudo, dará ensejo a um maior desenvolvimento econômico nacional, no campo siderúrgico, através das siderúrgias, que serão necessariamente criadas no longo da região servida pela estrada de ferro dos minérios.

Sr. Presidente, o Ministério de Viação e Obras Públicas tratou recentemente desse problema. E, no Relatório de 1959, o Ministro Amaral Felix chegou a sugerir a criação de uma companhia mista para esse fim, nestes termos:

"O último resultado obtido pela Frota Nacional de Petróleos aconselha a organização de uma frota especializada para transporte do minério para o exterior e o recebimento de carvão. Deveriam integrar essa organização as empresas exportadoras de minério, principalmente a Cia. Vale do Rio Doce, e as usinas siderúrgicas; a

Cia. Siderúrgica Nacional, a Cosipa, a Usiminas e a Ferro e Aços, de Vitória.

Grande seria a economia de divisas e enormes as possibilidades para a conquista de novos mercados para os nossos minérios."

Organizou-se, no Ministério da Viação, um grupo de trabalho para a constituição dessa entidade de economia mista. Tenho em mãos o recorte do "Jornal do Brasil", de 24 de junho de 1960, em que esse Grupo de Trabalho chega a preconizar a criação da empresa denominada Frongra, com esses altos objetivos e da qual fariam parte as mesmas sociedades cujos nomes acabei de mencionar.

Nada de concreto, porém, foi realizado, até hoje. Dir-se-ia, Sr. Presidente, que, por trás das cortinas, o grupo Hanna continua usando do seu poderio, obstruindo a solução deste grande problema brasileiro.

E preciso, entretanto, que não haja mais demora. Há falta de coordenação nessas atividades. O Brasil está pagando, anualmente, fretes avultados que pesam na nossa balança de pagamento.

Em 1955, pagamos 133 milhões de dólares; em 1956, 119 milhões; em 1957, 115 milhões; em 1958, 101 milhões; em 1959, 87 milhões de dólares. Não consegui saber o total de pagamento feito em relação ao ano de 1960, mas não deve ter sido inferior ao de 1959.

O Sr. Nelson Maculan — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Maculan — V. Exa. citou, com muita propriedade, o café como principal fonte de divisas do nosso País. Entretanto, hoje o café não está mais em mãos de brasileiros. A verdade é que quando se anunciam pequenas medidas cambiais, que favoreceriam o cafeicultor, essas medidas são anuladas por uma queda de preços vertical em relação aos que dominam o mercado de café. Nós, infelizmente, estamos presos numa armadilha, sem meios de sair. Acumulamos estoques vastíssimos de café, os quais poderiam servir, através de trocas, para nos equiparmos com uma frota de navios que conduzisse o nosso minério, o nosso carvão e o café. Este, poderia ser trocado por siderúrgias. Em junho do ano passado, a Polónia nos ofereceu uma siderúrgica de aços finos em troca de café. Infelizmente, nada se fez neste País. Como homem que tem as atividades presas à falna rural, eu, como economista primário — porque de economista só tenho o bom-senso, verifico que não há mesmo interesse na solução: primeiro, do problema do café, para que continuemos a ser presa fácil dos trustes que nos exploram; segundo, tirar do próprio café os recursos necessários não só para prover a Cia. Vale do Rio Doce ou a Petrobrás, resolvendo um problema que nos assobia. Por isso, sou inteiramente favorável à tese do illustre companheiro de bancada. Acho, mesmo, que temos de fazer da tese do nobre Senador ponto de honra.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Lembro ao nobre orador que o tempo de que dispunha está a esgotar-se. A hora do Expediente é improrrogável e está prestes a findar.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Sr. Presidente, solicito a V. Exa. uma ligeira prorrogação, para ouvirmos o aparte que me está sendo dado pelo nobre Senador pelo Paraná.

O Sr. Nelson Maculan — Devemos fazer da tese de V. Exa. um ponto de luta por essas justas reivindicações.

O SR. NOGUEIRA DA GAMA — Muito grato a V. Exa. pela sua opinião. Estou de inteiro acordo! Penso que o problema do café deve ter prioridade na solução que o Governo está dando aos problemas brasileiros.

Ainda há dias, tratando da Instrução 204, da SUMOC, tive ensejo de dizer que, no meu modo de ver, antes

de solucionado o problema do café, o Governo não deveria fazer reformas tão importantes como a que acabou de promover, em matéria cambial.

Sr. Presidente, vou terminar o discurso que estou proferindo perante o Senado, a respeito do minério de ferro do Brasil. Envio à Mesa o projeto que elaborei, visando à criação de uma sociedade de economia mista denominada "Transportadora de Minérios Minas Gerais", sob a sigla T.M.G., a qual incumbirá entrar-se com as empresas siderúrgicas daquele Estado, especialmente com a Cia. Vale do Rio Doce, que ficará sendo a líder desse "holding", a fim de que problema do minério de ferro do Brasil tenha solução técnica, política e econômica.

Desse projeto, consta que o Banco de Desenvolvimento Econômico fica autorizado a constituir a sociedade dentro do prazo de seis meses, tornando-lhe 51% das ações, capendo integralizar as restantes as empresas desse setor — Cia. Siderúrgica Nacional, Cia. Vale do Rio Doce, Usiminas, Cosipa e outras.

O projeto, Sr. Presidente, estou sinceramente convencido, poderá, se aprovado, resolver o problema do minério de ferro no Brasil. Não é possível continuemos, como até aqui, expostos à ganância dos trustes estrangeiros, especialmente o do grupo Hanna, todo poderoso, e que a estas horas está, através dos seus advogados, usando de todos os recursos para conseguir concessão para construção de uma estrada de ferro e um porto em Itacuruçá. Não é possível que essa situação perdure.

Durante a campanha eleitoral, nós todos, que disputamos o favor do eleitorado brasileiro, tivemos o ensejo de abordar esse importante problema e assumimos, para com o povo, o compromisso de defendê-lo corajosamente, se eleitos para as câmaras legislativas. Entre aqueles que assumiram este compromisso, estou eu incluído e não me encontro sozinho, porque sei que outros também o fizeram, como o próprio Presidente da República que, em discursos proferidos em diversas cidades do Estado de Minas, anunciou ao povo daquele Estado que, opinião contrária às pretensões da Hanna, prometendo mesmo dar uma solução cabal ao problema dos nossos minérios, em termos brasileiros, que consultem apenas as conveniências políticas e econômicas do Brasil.

Trago à solução desse problema a contribuição que prometi ao povo mineiro e que é também contribuição do Partido Trabalhista Brasileiro. Espero que o Senado da República, ao examinar o projeto, como sempre tem feito em relação a medidas de alto alcance nacional, dê-lhe seu apoio para, assim, defendermos os altos e magnos interesses do Brasil. Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos. Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e deferido o seguinte

Requerimento nº 91, de 1961

Requerio, de acordo com os termos regimentais, sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro da Viação as seguintes informações:

1) diante da mudança da direção do Departamento Nacional de Portos Rios e Canais, quais as providências tomadas para a conclusão das obras do porto de Mucuri, no Estado do Ceará;

2) se foram levadas em consideração as seguintes indicações do Governo do Estado do Ceará, referentes à necessidade de algumas dessas obras a seguir anotadas:

1. calis com instalações e aparelhamento próprios para embarques de sal e minério a granel;

2. armazéns, silos e frigoríficos;
3. pátios para minérios e materiais pesados;
4. depósitos para explosivos, corrosivos, oxidantes e inflamáveis;
5. prédio para a administração;
6. rede de abastecimento d'água;
7. rede de esgoto e drenagem;
8. rede telefônica;
9. rede de abastecimento de óleos combustíveis;
10. produção e distribuição de energia elétrica;
11. instalações e equipamentos contra incêndio;
12. equipamento para movimentação de cargas;
13. equipamentos flutuantes;
14. instalações e equipamentos ferroviários.

Justificação

O porto de Mucuri, cujas obras, até hoje, não foram concluídas, é velha aspiração do povo cearense, por se constituir o mesmo um dos principais esquadros de sua produção. Desnecessário, por certo, será dizer da importância que reverte esse empreendimento para o progresso do Estado.

Diante da nova política do Governo Federal, e tendo em vista as suas promessas com relação ao desenvolvimento do Nordeste, parece-nos oportuna sejam conhecidas as providências que pretende tomar com relação ao ancoradouro de Mucuri. Daí, o pedido de informações, que ora formulamos.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1961. — Fausto Cabral, Senador.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 92, de 1961

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução número 5, de 1961.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1961. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

Em obediência ao voto do Relator, passa-se à imediata discussão e votação de redação final do Projeto de Resolução nº 3, de 1961, constante do Parecer nº 77, lido no expediente.

Em discussão. Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação a redação final. Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. O projeto vai à promulgação. Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 93, de 1961

Nos termos do art. 211, letra n, do Regimento Interno, requerio dispensa de interstício e previa distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1961 que revigora o Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, a fim de que figure na Ordem do Dia da sessão seguinte.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1961. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto para o qual foi concedida a dispensa de interstício, figurará na Ordem do Dia da próxima sessão.

Antes de passar à Ordem do Dia, comunico que, em entendimentos com a Câmara dos Deputados, a proposição da visita do grupo Parlamentar

brasileiro à Polónia, cabe ao Senado Federal a representação de quatro Senadores.

Designo, neste instante, de acordo com os respectivos líderes de Bancadas, os Srs. Senadores Eugénio de Barros, Reginaldo Fernandes e Gaspar Velloso para integrarem a representação desta Casa.

Falta ainda a designação de um Senador. A Mesa agendará a indicação dos pequenos partidos, a fim de completar a representação do Senado Federal no Grupo Parlamentar que visitará a Polónia.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA

**Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução nº 46, de 1960, que suspende a execução da Lei nº 146, de 23 de dezembro de 1948, do Estado do Rio Grande do Norte, na parte que desmembrou do Município de São Tomé a localidade denominada "Sítio Novo", anexando-a ao Município de Santa Cruz, por ter sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva (Projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça em seu Parecer nº 414, de 1960).**

A discussão foi encerrada na sessão de 23 de março.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Aprovado.

E o seguinte:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 46, DE 1960

Art. 1º Fica suspensa a execução da Lei nº 146, de 23 de dezembro de 1948, do Estado do Rio Grande do Norte, na parte em que desmembrou do Município de São Tomé a localidade denominada Sítio Novo anexando-a ao Município de Santa Cruz, por ter sido julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva, na representação nº 190, em 13 de setembro de 1954.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

### O SR. PRESIDENTE:

O projeto vai à Comissão de Redação.

Esgotada a matéria em pauta. Não há oradores inscritos. (Pausa)

### O SR. MIGUEL COUTO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, durante a minha ausência do País, foi o Estado do Rio de Janeiro abalado pelo trágico desaparecimento do seu querido Governador Roberto Silveira. Recebi esse impacto emocional, quando chegava à Alemanha em Frankfurt; dei-me compungido, sem poder acre-

ditar na crueldade do destino que nos roubava, em plena mocidade e no apogeu de sua vida pública, o companheiro de tantas lutas políticas.

Pelo telegrama, apressei-me a transmitir ao povo fluminense, na pessoa do seu primeiro mandatário, o eminente Governador Cezar Pegannha, a Partida Trapaçista Brasileira e a família do jovem estadista, os sentimentos do meu profundo pesar.

Sr. Presidente, sei que o Senado Federal se associou a todas as homenagens postumas tributadas pela Nação ao Governador Roberto Silveira. Quero, entretanto, em chegando ao Senado pela primeira vez, após o doloroso acontecimento, que a minha voz, acompanhada pelo uivo de meu companheiro e amigo e de representante do Estado do Rio, também se faça ouvir para externar toda a minha profunda mágoa, e para que minha homenagem de admiração e saudade fique igualmente registrada nos Anais do Senado da República.

Sr. Presidente, a curta vida de Roberto Silveira é dignificante, serve de exemplo à juventude de nossa Pátria. A inteligência, aliada à vontade férrea de vencer, domina dificuldades, caminha vitoriosamente, gauchando todos os postos almejados Roberto, menino pobre, estudava gratuitamente e mantem-se vendendo laranjas aos outros meninos. No "Colégio Piúma Leite" em Niterói, fez-se também dono de um oar e amigo de todos os colegas lidera a turma e termina com brilhantismo o curso de humanidades. Matricula-se na Faculdade de Direito do Estado do Rio e torna-se, per universitário de Niterói, ser prestígio cresce e se proclama pelas demais Faculdades e eleger-se Deputado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro Orador fluente, brilhante, líder operoso e revoluto a todas as causas trabalhistas, a canção de protesto altos postos na direção do PTB fluminense, tornando-se amigo diário do Presidente Getúlio Vargas. Como Secretário do Interior e Justiça do Governo Amaral Peixoto, distinguise e consolidou o seu prestígio.

Na campanha sucessória para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, foi meu companheiro de chapa, elegendo-se Vice-Governador. Durante todo o período do meu Governo, acompanhou de perto as atividades administrativas da nossa "Velha Província", e passou a percorrê-la seguidamente, conhecendo todos os seus recantos. Tornando-se familiar nos lares da boa gente fluminense preparou-se, assim, junto ao povo, para a minha sucessão no Governo. Foi angariando simpatia, confiança e popularidade e tornou-se o grande candidato.

Como chefe absoluto do PTB fluminense, conseguiu também a preferência de quase todos os demais partidos políticos para a sua candidatura Organizou-se, então, a "Coligação Popular Nacionalista" que teve como sucessor, elegendo-o Governador do

Estado e trazendo-me o da República.

A morte das forças políticas fluminenses e a desestabilização do Estado.

Numa ascensão meteórica conseguiu o jovem estadista Roberto Silveira alcançar o posto máximo que a vontade popular pode conferir a um cidadão do seu Estado. Para não falhar com o seu prestígio de Governador ao trabalhador fluminense, apunha-se a governar até o último do seu mandato quando a morte traiçoeiramente, lhe roubou a vida preciosa. Roberto Silveira foi o verdadeiro paladino dos trabalhadores. Justificase-se, por conseguinte a desolação que acabrunha os fluminenses.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, nestes rápidos e sentidos traços da vida de Roberto Silveira, fica a minha homenagem de admiração e saudade à memória do grande companheiro e amigo.

Ao eminente Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, Presidente Nacional do PTB e ao Ministro Badger Silveira, Jo PTB fluminense, apresento minhas sentidas condolências pela perda irreparável do seu notável e valioso líder, que foi o Governador Roberto Silveira. (Muito bem! Muito bem!)

### O SR. PRESIDENTE:

Lembrando aos Srs. Senadores que hoje às 21 horas e 20 minutos, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional para apreciação de voto presidencial.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, marcando para a próxima a seguinte:

## ORDEM DO DIA

Sessão do dia 13 de abril de 1961

1 — Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 26 de 1961 (nº 2.635, de 1961, na Câmara) que reorganiza o Quadro do Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal (incluído em Ordem do Dia em virtude da dispensa de interesse concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Jefferson de Aguiar), tendo

Pareceres favoráveis (ns. 78 e 79) das Comissões de

— Serviço Público Civil e de

— Finanças

2 — Discussão única da redação final do Projeto de Resolução nº 54 de 1960, que suspende a execução da Lei nº 14 do Estado do Paraná, de 18 de novembro de 1958, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 75, de 1961).

3 — Discussão única da redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 1960, que suspende a execução do art. 2º, do art. 1º, do Decreto-Lei nº 650 de 20 de junho de 1947, do Estado do Paraná, julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (redação oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 75, de 1961).

4 — Discussão única do Projeto de Resolução nº 45, de 1960, que suspende a execução dos decretos ns. 25 e 29 de 1955, do Município de Parnaíba, Estado do Piauí, julgados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, em decisão definitiva (projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça, em seu Parecer nº 413, de 1960).

5 — Discussão única do Projeto de Resolução nº 47, de 1960, que suspende a execução do art. 67, inciso II, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, em virtude de haver sido julgado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (projeto oferecido pela Comissão de Constituição e Justiça, em seu Parecer nº 416, de 1960).

Está errada a sessão.

Levantar-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.

## SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

### PORTARIA Nº 39 DE 10 DE ABRIL DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Francisco das Chagas Carvalho, Auxiliar de Limpeza, PL-11, para ter exercício no gabinete do 3º Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de abril de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

### PORTARIA Nº 40, DE 10 DE ABRIL DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar José Miguel da Silva, Auxiliar de Portaria, PL-10, para ter exercício no Gabinete do 3º Secretário, a partir de 11 de março de 1961.

Secretaria do Senado Federal, em 10 de abril de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

### PORTARIA Nº 41, DE 11 DE ABRIL DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir Francisco das Chagas Pompeu Fortuna, Auxiliar de Portaria, PL-10, da Diretoria, do Pessoal para o Serviço de Rádio Difusão.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de abril de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, Substituto.

## ATO DO DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral deferiu o seguinte requerimento:

Nº 72-61 — Em que Apolônio Jorge Faria Sales Filho, Redator, Símbolo PL-4, solicita contagem de tempo de serviço prestado ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado, no total de 3 anos, 3 meses e 13 dias.

Secretaria do Senado Federal, em 11 de abril de 1961. — Nínon Borges Seal, Diretora do Pessoal.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40